

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 082/2023
Data: 12/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
DECISÃO SOBRE PRIVATIZAR O PORTO DE SANTOS DEVERIA PRIORIZAR O RESULTADO	4
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
A PRESENÇA DE SERGIPE NA OTC 2023 EM HOUSTON, NOS ESTADOS UNIDOS.....	5
PETROBRAS ANUNCIA US\$11B EM INVESTIMENTOS NO MERCADO DE GÁS CAFÉ COM ESG, 11/05	6
MISSÃO DESCARBONIZAÇÃO: INDÚSTRIA CAMINHA PARA DESENVOLVER ENERGIAS LIMPAS	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	8
TRANSPORTE INTERIOR FECHA TRIMESTRE COM BALANÇO POSITIVO	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	9
NA ESTRADA #006: LEILÃO DAS RODOVIAS DO PARANÁ	9
RENAN FILHO: OUVIR AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA RECONSTRUIR O BRASIL	10
SENATRAN INTENSIFICA ARTICULAÇÃO PARA AUMENTAR ADESÃO AO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA.....	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – A RETOMADA DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS.....	12
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Açúcar 1</i>	12
<i>Açúcar 2</i>	13
<i>Cruzeiros 1</i>	13
<i>Cruzeiros 2</i>	13
<i>Mercado</i>	13
NACIONAL - LEILÃO DO LOTE 1 DAS RODOVIAS DO PARANÁ SERÁ EM AGOSTO	13
NACIONAL - PROJETOS DE CONCESSÕES HIDROVIÁRIAS SÃO PRIORIDADE, DIZ ANTAQ.....	14
NACIONAL - NUNES MARQUES SERÁ O RELATOR DA AÇÃO QUE QUESTIONA A VENDA DA ELETROBRAS	15
ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – TERRITÓRIO DELICADO!	16
REGIÃO SUDESTE - SANTOS EXPORT 2023 TEM PROGRAMAÇÃO DEFINIDA COM AUTORIDADES CONFIRMADAS	16
REGIÃO SUDESTE - Os 30 ANOS DO SOPEP E A EXPECTATIVA PARA O SANTOS EXPORT NO ZR NEWS	20
REGIÃO NORDESTE - COMPANHIA DOCAS DO RN ELEGE NOVO PRESIDENTE	22
REGIÃO NORDESTE - CEARÁ E EMPRESA FRANCESA FAZEM ACORDO PARA DESENVOLVER PROJETO DE HIDROGÊNIO VERDE.....	23
REGIÃO SUDESTE - PORTONAVE RECEBE OPERAÇÃO DE DESCARGA DE DOIS NOVOS CAÇAS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA.....	24
OPINIÃO – ARTIGOS - PORTUGAL 2030 E O CONCEITO DE IPO REESCRITO COMO: INVESTIMENTOS, PRODUTIVIDADE E OPORTUNIDADES.....	25
BE NEW – NACIONAL - VITRINE.....	26
NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP	28
O SOPEP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	28
MAPA APRESENTA PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE AO BANCO MUNDIAL	28
ACS SEDIA PRIMEIRA OFICINA DE 2023 PROMOVIDA PELA DIVISÃO DE ASSUNTOS MARÍTIMOS E DIREITO DO MAR DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	29
CHINESA COSCO RECEBE APROVAÇÃO PARA ADQUIRIR PARTICIPAÇÃO NO PORTO DE HAMBURGO, NA ALEMANHA.....	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	30
IBAMA MUDA ENTENDIMENTO SOBRE SIMULAÇÃO NA FOZ DO AMAZONAS.....	30
AUMENTO DA OFERTA DE GÁS DA UNIÃO NÃO OCORRERÁ ANTES DE 2025, DIZ ALEXANDRE MESSA	33
PETROBRAS AGUARDA MARCO REGULATÓRIO PARA SEGUIR COM ANÁLISE FINANCEIRA DE EÓLICAS OFFSHORE	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
LIGHT ENTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O SERVIÇO VAI PIORAR? A CONTA DE LUZ VAI AUMENTAR? ENTENDA.....	35
PETROBRAS VAI REDUZIR PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS NA PRÓXIMA SEMANA, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL.....	36
GALÍPOLO É ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO BRASIL, MAS DEVE FICAR POUCO TEMPO NO CARGO	38
HURB SE COMPROMETE A APRESENTAR PLANO DE REESTRUTURAÇÃO AO GOVERNO ATÉ O DIA 22	38
AGU FINALIZA TEXTO QUE REGULAMENTA O USO DE PRECATÓRIOS EM LEILÕES E CONCESSÕES NO PAÍS	39
LULA SOBE O TOM CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: 'UMA COISA DE LESA PÁTRIA'.....	41
GOVERNO ALEGA AO TCU INTERESSE PÚBLICO PARA PERMITIR RENEGOCIAR CONCESSÕES	42
INFLAÇÃO EM ABRIL SOBE ACIMA DO PREVISTO, COM REAJUSTE DE REMÉDIOS E PRESSÃO DE ALIMENTOS	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 082/2023
Página 3 de 57
Data: 12/05/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	44
EMPRESAS DO BRASIL PODERÃO TESTAR SEMANA DE QUATRO DIAS DE TRABALHO EM EXPERIMENTO	45
PETROBRAS VAI 'REAVALIAR' PREÇOS E DIVULGAR NOVA POLÍTICA NA PRÓXIMA SEMANA, DIZ PRATES.....	45
RELICITAÇÃO: GOVERNO OFICIALIZA CONSULTA AO TCU SOBRE VOLTAR ATRÁS EM DEVOLUÇÃO DE CONCESSÕES	46
PISO DA ENFERMAGEM: LULA SANCIONA LEI QUE LIBERA R\$ 7,3 BILHÕES PARA O PAGAMENTO	47
ENQUANTO LULA RECHAÇA PRIVATIZAÇÕES, GOVERNADORES BUSCAM INVESTIDORES NOS EUA PARA LEILÕES	48
VALOR ECONÔMICO (SP)	50
SANTOS BRASIL PREVÊ 2023 DE MOVIMENTAÇÃO ESTÁVEL.....	50
TERMINAL PORTUÁRIO FECHA ACORDO COLETIVO INÉDITO	51
BRASIL PRECISA INVESTIR R\$ 295 BILHÕES EM MOBILIDADE URBANA ATÉ 2042	53
VENCEDORA DE PPP DO RODOANEL NORTE, STARBOARD É QUESTIONADA	55
PORTAL PORTOS E NAVIOS	57
ANTAQ AUTORIZA DESINCORPORAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO EM ARATU E ÍTAGUAÍ.....	57
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

DECISÃO SOBRE PRIVATIZAR O PORTO DE SANTOS DEVERIA PRIORIZAR O RESULTADO

Parece inoportuno e equivocado descartar a possibilidade de atrair investimentos

Por: *Gesner Oliveira*



Foto: Carlos Nogueira/AT

Os serviços públicos não precisam necessariamente ser administrados diretamente pelo Estado. Em diversos setores, há modalidades diferentes de gestão privada ou de parcerias público-privadas (PPP) que funcionam.

Entre os exemplos de sucesso, está a primeira celebração de um contrato de PPP no Brasil, o que envolveu a Linha 4 do Metrô de São Paulo, firmado entre o Governo do Estado e a concessionária ViaQuatro, em 2006. Um contrato com quase 20 anos e

que trouxe resultados positivos para o Estado e para o cidadão.

De fato, a participação da iniciativa privada na prestação de serviços públicos já está consolidada em algumas áreas. Como o setor de telefonia, privatizado na década de 1990 e que garantiu investimentos necessários para tecnologia e expansão da rede de atendimento.

Para funcionar, um serviço público - seja ele prestado pelo Estado ou pela iniciativa privada - precisa de boa regulação, com regras claras. Além disso, deve ter como objetivo a eficiência e a qualidade. Respeitadas essas regras, é preciso avaliar qual a melhor modalidade para a gestão e o que trará como resultados positivos para a população.

No caso do Porto de Santos, a eficiência e a qualidade demandam investimentos elevados. De acordo com estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Governo Federal não tem a capacidade nem necessidade de fazê-los de forma direta.

O trabalho para a privatização do Porto indicou o potencial de mobilizar cerca de R\$ 18 bilhões com a medida. Neste valor, está incluída a ligação seca Santos-Guarujá, estimada em R\$ 2,99 bilhões. Além, é claro, de R\$ 14,16 bilhões para manutenção do porto santista e mais R\$ 1,4 bilhão de despesas de capital (Capex).

Considerando os benefícios que a privatização pode trazer para a economia brasileira, parece inoportuno e equivocado descartar a possibilidade de atrair investimentos e melhorar a infraestrutura portuária via privatização. Além disso, é falso afirmar que o modelo proposto pelo governo anterior não tem precedentes.

Além de exemplos internacionais, o Brasil já havia dado o primeiro passo com a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em setembro de 2022, com valor de outorga de R\$ 106 milhões e um compromisso de investimento de quase R\$ 900 milhões em 35 anos.

A população brasileira está cansada de luta ideológica que não atende às suas necessidades prementes. Na política pública, é imperativo escolher o melhor modelo de gestão de acordo com o resultado.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 12/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

A PRESENÇA DE SERGIPE NA OTC 2023 EM HOUSTON, NOS ESTADOS UNIDOS

Informações: BrainMarket



Por: **Eduardo Aragon e Carlos Corrêa**

Durante a primeira semana de maio de 2023, a BrainMarket acompanhou a comitiva do Estado de Sergipe em sua participação na Offshore Technology Conference (OTC), o maior evento mundial do petróleo.

Com mais de 2.500 expositores, a OTC reuniu os principais nomes e empresas do setor, incluindo diplomatas, entidades governamentais, centros de pesquisa e delegações internacionais para discutir o cenário internacional, oportunidades de investimentos e as inovações tecnológicas da indústria.

Desde que a Petrobras programou para 2027 o início das operações do 1º de 2 FPSO's que juntos irão produzir 240 mil b/d de petróleo e processar 18 MMm³/d de gás natural em sua costa, o Estado de Sergipe vem se preparando para se transformar em um importante polo de produção e tratamento de gás natural no país.

Em junho de 2022, o primeiro Sergipe Oil & Gas, organizado pela BrainMarket e pela Eolus, se propôs a ser um indutor para a criação de um ambiente de fomento ao novo ciclo de desenvolvimento na cadeia produtiva de Oil & Gas no Estado. Naquela ocasião, o evento contou com a presença de grandes e médias empresas ligadas ao setor de O&G, além de representantes do governo local e do governo federal, que debateram sobre as necessidades de preparação da infraestrutura e da cadeia produtiva local.

Durante a OTC, o governador Fábio Mitidieri participou da solenidade de inauguração do Pavilhão Brasil, espaço dedicado a divulgar as oportunidades da matriz energética brasileira, incluindo as potencialidades sergipanas. Em encontros com diferentes atores mundiais do setor energético, o senador Laércio Oliveira, que acompanhava a comitiva, destacou o potencial de Sergipe na extração e distribuição de gás natural, que deve produzir em breve cerca de 18 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Volume que pode ser usado especialmente pela indústria de fertilizantes e por grandes consumidores de energia, como fábricas de cerâmica, plástico e vidro.

Também durante a OTC, o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia (Sedetec), Valmor Barbosa, destacou a importância da participação do Estado em eventos dessa grandeza: "Ter o Governo de Sergipe participando, demonstra que o nosso estado está inserido nesse cenário, podendo apresentar suas oportunidades e as potencialidades do seu subsolo, das suas riquezas naturais e reservas petrolíferas".

A comitiva do governo também visitou o campus da Rice University e o Baker Institute com o objetivo de ampliar o diálogo e as conexões internacionais para o desenvolvimento do Estado de Sergipe.

O próximo passo será a realização do SERGIPE OIL & GAS 2023, novamente organizado pela BrainMarket em parceria com a Eolus, o SEBRAE/SE e a SEDETEC. Esse novo evento, que acontecerá em agosto desse ano, contribuirá como o principal ambiente para fomentar um novo ciclo de desenvolvimento do segmento no Estado. Ademais, o evento estimulará a formação de novos mercados regionais na cadeia de valor, a inclusão de micro, pequenas e médias empresas nas

políticas de contratação e qualificação dos novos atores no Estado, de modo a atender ao movimento já iniciado este ano como a realização de investimentos da Carmo Energy – vencedora do Polo Sergipe Terra, para sair dos atuais 4.7 mil bpd para até 30 mil bpd a produção Onshore no Estado.

Desta forma, a Conferência surge com a proposta de reunir representantes da administração direta e indireta (das diferentes esferas governamentais), agentes do setor de energia, empresas da cadeia industrial e fornecedoras de bens e serviços de O&G, entidades setoriais, de ensino, pesquisa e de promoção comercial, fundos de investimento e startups, que participarão de debates e palestras com a ampla promoção de oportunidades e de networking entre os participantes.

É o Estado do Sergipe trilhando seu caminho para se posicionar de forma incontestável no setor brasileiro de O&G.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/05/2023

PETROBRAS ANUNCIA US\$11B EM INVESTIMENTOS NO MERCADO DE GÁS | CAFÉ COM ESG, 11/05

Petrobras investirá US\$ 11 bilhões; COP28 e ONS

Informações: Expert



Bom dia! Neste relatório diário publicado todas as manhãs pelo time ESG do Research da XP, buscamos trazer as últimas notícias para que você comece o dia bem informado e fique por dentro do que o Brasil e o mundo fala sobre um tema que tem ficado cada vez mais relevante: ESG – do termo em inglês Environmental, Social and Governance ou, em português, ASG – Ambiental, Social e Governança.

Quais tópicos abordamos ao longo do conteúdo? (i) Notícias no Brasil e no mundo acerca do tema ESG; (ii) Performance histórica dos principais índices ESG em diferentes países; (iii) Comparativo da performance do Ibovespa vs. ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3); e (iv) Lista com os últimos relatórios publicados pelo Research ESG da XP.

Por que essas informações são importantes? Porque elas indicam os temas dentro da agenda ESG que estão sendo cada vez mais monitoradas por parte dos investidores e das empresas, e podem impactar os preços das ações de diferentes companhias.

Esperamos que aproveite a leitura!

Principais tópicos do dia

- O mercado encerrou o pregão de quarta-feira em alta pelo terceiro dia consecutivo, com o Ibov e o ISE subindo +0,31% e +0,98%, respectivamente.
- No Brasil, (i) o diretor de transição energética e sustentabilidade da Petrobras, Mauricio Tolmasquim, anunciou ontem que a Petrobras irá investir US\$ 11 bilhões para assegurar a exploração e produção de gás e complementar a infraestrutura para escoamento do produto; (ii) o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) elegeu a vice-presidente de Regulação, Institucional e Sustentabilidade da Neoenergia, Solange Ribeiro, para ocupar a presidência do Conselho de Administração do órgão no período 2023/2024 – é a primeira mulher a presidir o órgão, sendo um importante marco para a diversidade de gênero da companhia.
- No internacional, o chefe do setor petrolífero dos Emirados Árabes Unidos (EAU), que neste ano preside as negociações climáticas da COP28, pediu ontem que as empresas considerassem

“seriamente” as tecnologias de captura de CO₂, sem focar exclusivamente na substituição das energias fósseis, para combater o aquecimento global.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/05/2023

MISSÃO DESCARBONIZAÇÃO: INDÚSTRIA CAMINHA PARA DESENVOLVER ENERGIAS LIMPAS

Programa da CNI visa aproveitar as vantagens comparativas do Brasil em relação à energia renovável

Informações: Exame



24 plantas industriais deverão receber apoio (Bussola/Divulgação)

As condições naturais excepcionais do Brasil e suas vantagens comparativas, que permitem uma indústria de baixa emissão, retenção de carbono, produção de biocombustíveis e geração de empregos e renda, dão ao país o potencial para assumir o protagonismo na disputa pela liderança em uma economia de baixo carbono. A tarefa, no entanto, demanda investimentos em eficiência energética, novas tecnologias, modificações estruturais em setores econômicos, como na indústria, e sinergia entre os esforços públicos e privados.

Para isso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estabeleceu, dentro do Plano de Retomada da Indústria, a missão descarbonização, que examina e sugere ações voltadas, por exemplo, ao desenvolvimento de energias limpas por meio do programa de transição energética. O programa visa aproveitar as vantagens comparativas do Brasil em relação à energia renovável, estimulando o uso de fontes de energia limpa na indústria e criando oportunidades de negócios em mercados internacionais que buscam reduzir a pegada de carbono.

Já existem iniciativas brasileiras em eficiência energética, como o Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel) – instituído pelo governo federal há 35 anos. Os recursos do Plano de Aplicação de Recursos (PAR-Procel) viabilizaram programas como o “Aliança”, o “Brasil Mais Produtivo” e o “Aliança 2.0” – iniciativa da CNI e da Eletrobras.

Na segunda versão do Programa Aliança, 24 plantas industriais que fazem uso intensivo de energia em seus processos de produção deverão receber apoio para que possam reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A previsão é que, a partir da iniciativa, sejam reduzidas 40 mil toneladas, e os custos operacionais caiam em R\$ 90 milhões ao ano.

É a partir da experiência positiva desses programas que a CNI estabelece também como providências:

- a implementação de um programa de eficiência energética de longo prazo, desvinculado de ações reativas que ocorrem em resposta às crises energéticas e hídricas. A ideia é que a medida contemple objetivos, metas, estrutura de governança e parâmetros para monitoramento;
- o desenvolvimento de um ambiente institucional legal, robusto e transparente, com a participação do setor produtivo;
- o fomento da cadeia de valor do hidrogênio sustentável;
- e a regulamentação dos parques de energia eólica offshore.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/05/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

TRANSPORTE INTERIOR FECHA TRIMESTRE COM BALANÇO POSITIVO

Todos os três primeiros meses do ano apresentaram números positivos no setor.



Terminal Granel Química Ladário crédito: Granel Química

Brasília 12/05/2023 - Pelo terceiro mês seguido o transporte de carga em navegação interior no Brasil apresentou balanço positivo. Os dados são do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

O levantamento mostra que entre os terminais interiores nacionais foram transportadas 9,3 milhões de toneladas no primeiro trimestre do ano, o que representa um aumento de 4,12% em comparação ao mesmo período do ano de 2022.

Destaque para as regiões hidrográficas Paraguai e Atlântico Sul que transportaram, ao longo dos três primeiros meses do ano, 1,57 milhões de toneladas (+81%) e 1,2 milhões de toneladas (+10%), respectivamente.

A região hidrográfica Amazônica e Tocantins-Araguaia registraram 6,44 milhões de toneladas transportadas (-2,2%) e 1,96 milhões de toneladas transportadas (-20,6%), respectivamente.

A mercadoria que apresentou maior crescimento percentual entre janeiro e março de 2023 foi o minério de ferro. No primeiro trimestre 1,36 milhões de toneladas do mineral foram transportadas entre os portos interiores, o que representou um aumento de 56,36% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Já o Terminal de Uso Privado (TUP) interior de destaque na movimentação foi o Granel Química Ladário Ltda (MT), com 660 mil toneladas movimentadas, representando um aumento de 240% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Contudo, a instalação portuária interior que mais movimentou cargas neste período foi o Terminal Hidrovias do Brasil Miritituba que registrou 1,4 milhões de toneladas das cargas movimentadas em terminais interiores nos três primeiros meses do ano (variação positiva de 17,6% em comparação ao mesmo período de 2022).

O Porto de Porto Velho (RO) fecha o pódio dos principais destaques de instalações que movimentam em navegação interior com 548 mil toneladas no período, representando um crescimento de 121,1% em comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

Março

No mês de março foram 3,72 milhões de toneladas transportadas entre terminais em vias interiores, o que retrata um aumento de 4,07% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O transporte de soja foi o destaque do mês com 1.96 milhões de toneladas transportadas, retratando uma variação positiva de 19,2% quando comparado ao mesmo mês de 2022.

A região hidrográfica de destaque foi a do Paraguai, que transportou mais de 752 mil toneladas em março, um aumento comparativo entre os meses de 59%.



Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Assessoria de Comunicação Social

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 12/05/2023



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

NA ESTRADA #006: LEILÃO DAS RODOVIAS DO PARANÁ

Sexto episódio do podcast do Ministério dos Transportes destaca acordo que garantiu pedágio mais barato aos paranaenses



Leilão do lote 1 das rodovias do Paraná vai ocorrer em 25 de agosto - Foto: Divulgação/DNIT

O novo episódio do Na Estrada – podcast do Ministério dos Transportes – já está no ar e traz como pauta o novo modelo de concessão das rodovias do Paraná e o preço das tarifas de pedágios nas rodovias do estado. A data do leilão do primeiro lote 1 das rodovias já tem data definida: 25 de agosto na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Ao todo, nos lotes 1 e 2, serão 1.077 quilômetros de rodovias federais e estaduais concedidas.

Além do ministro Renan Filho, participou desta edição a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse. Há ainda declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do governador do Paraná, Ratinho Junior. Durante o episódio, os entrevistados ressaltaram a necessidade da diminuição das tarifas de pedágio bem como o total de investimentos que serão injetados no estado com a concessão.

O Na Estrada #006 já está disponível no Spotify e no SoundCloud. Confira abaixo os principais temas tratados no episódio:

- * Data dos leilões;
- * Novo valor de tarifa de pedágio;
- * Investimentos em rodovias estaduais e federais do Paraná

Acesse os episódios anteriores

<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/search?SearchableText=%22podcast%20na%20estrada%22>

Confira o episódio no Spotify

https://podcasters.spotify.com/pod/show/mtransportes/episodes/Leilo-das-Rodovias-do-Parana-e23vb1d?%24web_only=true&branch_match_id=1174450634131165430&utm_source=web&utm_campaign=web-

[share&utm_medium=sharing&branch_referrer=H4sIAAAAAAAAAA8soKSkottLXLy7IL8IMq0zMS87IL9ItT03SSywo0MvJzMvWT9X3d80yzDWuKvGuSgIATkw9szAAAAA%3D](https://www.mercoshipping.com.br/share?utm_medium=sharing&branch_referrer=H4sIAAAAAAAAAA8soKSkottLXLy7IL8IMq0zMS87IL9ItT03SSywo0MvJzMvWT9X3d80yzDWuKvGuSgIATkw9szAAAAA%3D)



Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 12/05/2023

RENAN FILHO: OUVIR AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA RECONSTRUIR O BRASIL

Durante plenária estadual do PPA Participativo, em Alagoas, ministro dos Transportes destacou o fortalecimento da participação da sociedade na construção de políticas públicas



Plenária estadual do PPA Participativo em Maceió (AL) é o segundo de uma série de encontros promovidos pelo Governo Federal - Foto: Márcio Ferreira/MT

O Brasil retomará sua capacidade de expressão ouvindo as necessidades da população e as considerando na construção das políticas públicas, avaliou o ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta sexta-feira (12). A explanação ocorreu durante a plenária estadual do Plano Plurianual Participativo (PPA Participativo), em Maceió (AL), segundo de uma série de encontros promovidos pelo Governo Federal entre cidadãos e autoridades para discutir e definir as prioridades de cada região.

Lançado em abril pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o PPA Participativo retoma o diálogo com os brasileiros na elaboração do documento que guiará os investimentos federais de 2024 a 2027. A partir desse plano é possível construir leis orçamentárias que levem em consideração os objetivos dos programas.

“O Brasil voltou com planejamento guiado pela participação social. As pessoas voltaram a ter o direito de falar, de expressar sua vontade. O diálogo e a defesa da democracia voltaram. E para reconstruir o Brasil, fazer política pública, nós precisamos ouvir as necessidades da população.” destacou o ministro Renan Filho.

Também participaram do evento os ministros do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, chefes das pastas responsáveis, respectivamente, pela elaboração do PPA e pela articulação da participação social. O programa conta ainda com a participação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência.

Plenárias

As plenárias estaduais são uma das etapas em que a sociedade fará a sua colaboração nas decisões sobre como o governo deverá aplicar os recursos públicos. A primeira ocorreu nesta quinta-feira (11), em Salvador (BA), e contou com a presença do presidente Lula. A série de encontros seguirá pelas 27 unidades federativas até meados de julho.

Durante a abertura oficial também foi lançada a plataforma Brasil Participativo, onde os integrantes das plenárias e os cidadãos em geral poderão eleger como prioritários três programas do Governo Federal, além de apresentar três propostas e votar em outras três.

O público-alvo preferencial das plenárias são representantes da sociedade civil organizada, e as inscrições podem ser feitas antecipadamente, na página do PPA Participativo, ou presencialmente antes do início de cada plenária.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 12/05/2023

SENATRAM INTENSIFICA ARTICULAÇÃO PARA AUMENTAR ADESÃO AO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA

Até o momento, cerca de 1 mil órgãos atuadores municipais, estaduais e federais já aderiram à tecnologia, que permite com que motoristas paguem multas com 40% de desconto



A grande vantagem para motoristas é a redução no preço das infrações, mas também a facilidade para o pagamento e o acompanhamento das notificações - Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Troca de apoio técnico, compartilhamento de equipes e alinhamentos periódicos são os instrumentos usados pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatram) para intensificar a adesão dos órgãos municipais e estaduais ao Sistema de Notificação Eletrônica (SNE). Pelo uso da tecnologia, o motorista pode receber as multas no seu aparelho celular e fazer o pagamento com desconto de até 40%.

Até o momento, aproximadamente 1 mil órgãos de trânsito aderiram ao sistema, entre Detrans e prefeituras, que são os órgãos atuadores estaduais e municipais, e os atuadores federais Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As adesões mais recentes foram dos departamentos de trânsito de Maranhão e Pará.

"É importante que os municípios façam a adesão ao SNE, já que é um passo para uma gestão mais eficiente e desburocratizada no trânsito. A iniciativa contribuiu para uma maior agilidade e transparência no processo de notificação, além de proporcionar mais comodidade aos cidadãos", disse o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Descontos

A grande vantagem para motoristas é a redução no preço das infrações, mas também a facilidade para o pagamento e o acompanhamento das notificações. Já para o órgão atuador, o sistema se destaca pela redução no custo por notificação de infração, celeridade na entrega das notificações e aumento da efetividade no pagamento das multas.

Desde que foi lançado, em 2016, foram pagos cerca de R\$ 730 milhões em multas pelo SNE. No período, houve mais de R\$ 730 milhões em descontos para motoristas das cinco regiões do país. Para ter direito, o proprietário ou condutor do veículo deve fazer seu cadastro no gov.br e aderir ao SNE no aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT), habilitar o veículo no aplicativo da CDT, disponível na AppStore e Google Play, ou no Portal de Serviços Senatram.

O motorista precisa também reconhecer que cometeu a infração de trânsito. Pessoas jurídicas também podem utilizar o sistema, mas apenas no ambiente web. Uma vez que o proprietário e/ou o condutor estejam habilitados no sistema, eles passarão a receber, de forma eletrônica, todas as notificações de infrações dos órgãos atuadores que já realizaram a adesão. Também é possível



conhecer detalhes de cada multa, reconhecer o cometimento da infração, copiar o código de pagamento e, ainda, realizar a indicação do condutor responsável pela infração.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 12/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A RETOMADA DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A retomada das concessões rodoviárias é uma medida que deve ser aplaudida e incentivada no Governo Federal. Com a ampliação da malha rodoviária, o País pode se beneficiar com o aumento da competitividade e a consequente melhoria da infraestrutura logística, o que é crucial para o desenvolvimento econômico e social.

As concessões rodoviárias são uma forma de delegar ao setor privado a responsabilidade pela gestão, manutenção e expansão das rodovias, garantindo a realização de investimentos em obras e serviços que seriam difíceis de serem implementados pelo Estado, devido a limitações orçamentárias e de capacidade técnica.

Além disso, a concessão pode trazer benefícios para a população em geral, já que as empresas vencedoras precisam cumprir metas de qualidade e segurança para a utilização das estradas. Os usuários das rodovias também podem se beneficiar com a redução dos custos de transporte, já que a concessão permite a adoção de modelos tarifários mais eficientes e transparentes.

A ampliação da malha rodoviária também é um ponto importante a ser considerado. As rodovias são essenciais para a integração dos mercados e a circulação de pessoas e bens. No Brasil, um país com dimensões continentais, a expansão da malha rodoviária é uma necessidade, já que muitas regiões ainda são carentes de infraestrutura de transporte.

Nesse sentido, é importante que as futuras concessões incluam a obrigação dos concessionários em investir em obras de ampliação e melhoria da capacidade das rodovias. Essa é uma forma de garantir que o setor privado assuma o compromisso de ampliar a malha rodoviária do País, contribuindo para o desenvolvimento das regiões e para a redução das desigualdades.

Portanto, a retomada das concessões rodoviárias no Governo Federal e a ampliação da malha rodoviária são medidas que devem ser valorizadas e apoiadas. Com investimentos adequados e gestão eficiente, as rodovias podem se tornar um dos principais motores do desenvolvimento econômico e social do país, trazendo benefícios para todos os brasileiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AÇÚCAR 1

As cotações futuras de açúcar fecharam em queda nas bolsas de Nova Iorque e Londres ontem, dia 11. Os preços chegaram a cair 1%, se recuperaram um pouco, mas o índice se manteve negativo. O resultado foi uma reação a dois fatores. O primeiro foi o anúncio, também nessa quinta-feira, do crescimento da safra de açúcar 2023/2024 no Centro-Sul do Brasil na segunda quinzena de abril. O segundo é a preocupação do mercado com as condições logísticas para o escoamento das exportações da commodity nos portos.

AÇÚCAR 2

O temor de investidores financeiros é que, com a safra recorde de soja, os complexos portuários brasileiros enfrentem um congestionamento de cargas agrícolas neste e no próximo trimestre, atrasando e, assim, aumentando o custo dos embarques.

CRUZEIROS 1

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) revogou as restrições para o embarque, o desembarque e o transporte de passageiros em cruzeiros marítimos. A medida é anunciada uma semana depois de a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o fim da pandemia internacional de covid-19 - que havia motivado a implantação dessas normas no ano passado, quando os cruzeiros começaram a ser retomados.

CRUZEIROS 2

Com a revogação das restrições, a Anvisa definiu que não será mais necessário cobrar o comprovante de vacina ou dos testes negativos de covid-19, para embarque em cruzeiros. Mas a operadora de cruzeiros pode exigir esses documentos. Em nota, a agência destacou que “a decisão não acaba com as regras para as operações de embarcações e plataformas e ainda está alinhada à recomendação da Organização Mundial da Saúde de mudança do modo de emergência para uma atuação regulatória de enfrentamento contínuo”.

MERCADO

Secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários durante a maior parte do governo de Jair Bolsonaro, o engenheiro Diogo Piloni assumiu o cargo de diretor superintendente técnico do terminal Portonave, em Navegantes (SC). Ele iniciou na nova função no mês passado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/05/2023

NACIONAL - LEILÃO DO LOTE 1 DAS RODOVIAS DO PARANÁ SERÁ EM AGOSTO

ANTT autorizou a publicação do edital; contrato será de 30 anos e os investimentos estão estimados em R\$ 7,9 bilhões

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Com a extensão de 473 quilômetros, o bloco é composto pelas rodovias BR-277/373/376/476 e as PR-418/423/427 Crédito: José Fernando Ogura/Arquivo AEN

O GOVERNO DO PARANÁ PREVÊ UM TOTAL DE SEIS LOTES A SEREM LEILOADOS. O CONJUNTO DE ESTRADAS FEDERAIS E ESTADUAIS SOMA 3.300 QUILOMETROS

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou a publicação do edital para o leilão do lote 1 de rodovias do Paraná.

De acordo com o Ministério dos Transportes, o contrato será de 30 anos e os investimentos estão estimados em R\$ 7,9 bilhões. Com a extensão de 473 quilômetros, o bloco é composto pelas rodovias BR-277/373/376/476 e as PR-418/423/427. O leilão está marcado para o dia 25 de agosto na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

Vencerá o leilão quem oferecer a menor tarifa de pedágio, com subsídios financeiros crescentes e proporcionais quando o desconto na tarifa de pedágio for acima de 18%.O edital está sendo publicado há quase um ano e meio após o fim dos contratos com as empresas de pedágio. De acordo com o Ministério, o edital do segundo lote deve ser publicado no início de junho.

O Governo do Paraná prevê um total de seis lotes a serem leiloados. O conjunto de estradas federais e estaduais soma 3.300 quilômetros. O sistema rodoviário já foi chamado de “Anel de Integração” e liga o Porto de Paranaguá, a Região Metropolitana de Curitiba e a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai.

Na avaliação do ministro dos Transportes, Renan Filho, o leilão será positivo para a economia local do Paraná. “A concessão vai impulsionar as possibilidades do estado de elevar a competitividade, garantindo escoamento dos produtos paranaenses e mais acesso aos mercados brasileiros. Isso significa novos postos de trabalho, mais renda para o estado e melhoria da condição de vida das pessoas. A expectativa é que 620 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda com a concessão”, disse o ministro.

Parte do valor investido de R\$ 7,9 bilhões de reais será destinado à expansão e melhoria de capacidade das rodovias, denominado Capex, segundo o Ministério dos Transportes. A empresa que vencer o leilão vai executar 344 quilômetros de obras de duplicação.

O custo operacional da obra, chamado Opex, está estimado em R\$ 5,2 bilhões. O valor é destinado para gastos com manutenção, sinalização, serviço de atendimento médico e mecânico emergencial.

Já o custo operacional, o Opex, está estimado em R\$ 5,2 bilhões. Eles são destinados para gastos como manutenção, sinalização, serviço de atendimento médico e mecânico emergencial.

O governo quer priorizar, principalmente, a menor tarifa para os usuários da via que reclamam do valor do pedágio. Portanto, haverá tarifa diferente para pista simples e pista dupla, mecanismo de compartilhamento de risco de receita, desconto de usuário frequente, desconto básico para TAG (5%), iluminação inteligente (LED) e áreas de escape. As obras de ampliação de capacidade ocorrem em um ciclo único concentrado entre os anos três e sete da concessão.

“O modelo desse primeiro leilão é considerado excelente por especialistas em transporte rodoviário, porque não é só constituído por rodovias federais”, explicou a secretária nacional de Transporte Terrestre do Ministério dos Transportes, Viviane Esse.

Foram cinco meses de articulação entre a União e o governo do Paraná para a publicação do edital. No último dia 3, o governador do Estado, Ratinho Júnior, esteve no Palácio do Planalto para assinar a concessão das rodovias do Paraná à iniciativa privada. O ato foi acompanhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro dos Transportes Renan Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

NACIONAL - PROJETOS DE CONCESSÕES HIDROVIÁRIAS SÃO PRIORIDADE, DIZ ANTAQ

Segundo diretor-geral, o Ministério de Portos e Aeroportos designou recursos para a agência contratar consultorias sobre o tema

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, estima que as concessões das hidrovias devem sair do papel de seis meses a um ano Crédito: Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) tem priorizado a articulação sobre as concessões das hidrovias com o Ministério de Portos e Aeroportos. O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, disse ao portal BE News que a pauta é prioridade entre o órgão e o Ministério.

Segundo Nery, a pasta de Márcio França designou recursos para a Antaq contratar consultorias sobre o tema. Porém, antes das concessões é necessário que o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) destrave as licenças ambientais para as outorgas.

“As concessões das hidrovias são uma das nossas prioridades. Nós ainda não temos data para entrega, mas com os estudos, os prazos podem ser de seis meses a um ano para os planos saírem do papel”, disse Eduardo Nery.

Pianc

A Antaq está desenvolvendo outros estudos para o setor. A agência representa o Governo Federal perante a Associação Mundial para a Infraestrutura de Transportes Aquaviários (Pianc), órgão internacional que fomenta a pesquisa nos setores portuários e de navegação. E no ano passado, firmou uma parceria com a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), para formar um escritório brasileiro da Pianc, que reunirá representantes do segmento.

Segundo o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, o intuito é que os técnicos do setor aquaviário nacional possam participar mais das análises da Antaq. Ele ressaltou o papel da Pianc, que é uma entidade técnica que visa incentivar e aprofundar pesquisas relacionadas ao transporte marítimo, laborando e divulgando normas técnicas que podem ser aplicadas em todo o planeta.

A Pianc ainda organiza vários grupos de pesquisas internacionais, que aprofundam temas como mudanças climáticas, novas tecnologias, novas formas de implantar portos e canais de navegação, sempre aprofundando pesquisa e inovação voltadas para portos e o transporte marítimo.

Relação Porto-Cidade

A agência também está avaliando a ampliação da relação porto-cidade nos complexos marítimos brasileiros. Eduardo Nery destacou que, em seis meses, a Antaq terá um posicionamento para a criação dos espaços públicos nos portos. De acordo com ele, a agência iniciou uma pesquisa com a finalidade de avaliar como se preparar para implantar projetos para melhorar essa relação.

“É um trabalho muito importante. O estudo analisa como os locais que têm porto-cidade se planejaram para isso. Quando sair o resultado do estudo, a Antaq terá um posicionamento”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

NACIONAL - NUNES MARQUES SERÁ O RELATOR DA AÇÃO QUE QUESTIONA A VENDA DA ELETROBRAS

Ministro do STF cuidará do processo movido pela Advocacia-Geral da União, também assinado pelo presidente Lula

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O ministro Nunes Marques já analisa outros processos com temas semelhantes que tramitam no Supremo Tribunal Federal Crédito: Fellipe Sampaio/SCO/STF

O ministro Nunes Marques do Supremo Tribunal Federal (STF) será o relator da ação da Advocacia-Geral da União (AGU) na Corte que questiona pontos da privatização da Eletrobras. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi apresentada na última sexta-feira (5) e também é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A distribuição da matéria foi feita através da chamada regra de prevenção. O ministro Nunes Marques já analisa outros processos com temas semelhantes que tramitam na Corte. A data para a análise ainda não foi marcada.

O Governo questiona a lei que permitiu a privatização da empresa alegando que a União, mesmo tendo 42,1% das ações, só tem 10% do poder de voto.

No processo de venda, a Eletrobras foi transformada em uma corporation, empresa de capital privado sem acionista controlador. Portanto, nenhum acionista tem voto superior a 10%, mesmo com o maior número de ações ordinárias.

A privatização da Eletrobras foi uma das propostas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, aprovada pelo Congresso Nacional em 2021 e finalizada na Bolsa de Valores em 2022. Na segunda-feira (8), a Eletrobras emitiu um comunicado afirmando que o processo de venda aconteceu de acordo com a legislação com base na Constituição amparada pela análise do poder Legislativo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – TERRITÓRIO DELICADO!

Por **MILENA CASTRO** redacao@portalbenews.com.br

Até agora falamos bastante das recomendações do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) para que os países signatários adotem as melhores práticas de transparência e imparcialidade, nas atividades de comércio exterior. Já o Artigo 6 trata de uma questão mais delicada: taxas e encargos na importação ou exportação. A intenção é incentivar o fluxo do comércio exterior, sem causar embargos sobre as fontes de arrecadação, que são importantes para os países. Elas também se aplicam aos setores logístico/portuário e aos recintos alfandegados, uma vez que acabam pagando taxas ou encargos em algum momento desse processo.

A primeira recomendação geral é de que novos encargos e taxas só poderão ser praticados depois de um tempo de publicados e devem ser atualizados periodicamente. Em relação especificamente ao processamento aduaneiro na importação e na exportação, o mesmo artigo orienta que os valores das taxas e dos encargos não ultrapassem o custo aproximado dos serviços. Por fim, em caso de violação de leis, indica que as penalidades devem ser restritas aos infratores e proporcionais à gravidade da infração. Prevê ainda que a punição deve ser atenuada, se a infração cometida for revelada antes de ser descoberta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

REGIÃO SUDESTE - SANTOS EXPORT 2023 TEM PROGRAMAÇÃO DEFINIDA COM AUTORIDADES CONFIRMADAS

Também foram fechados os temas que serão debatidos no fórum regional, marcado para os próximos dias 15 e 16, em Santos

Por **BE NEWS - DA REDAÇÃO** redacao@portalbenews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, é uma das autoridades confirmadas no Santos Export Crédito: Reprodução/Twitter/Márcio França

O Santos Export – Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes será realizado nos próximos dias 15 e 16 e já está com sua programação definida. Já estão confirmadas as presenças de autoridades, como o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, e o secretário de Desenvolvimento

Econômico do Estado de São Paulo Jorge Lima. Também foram fechados os temas que serão debatidos.

O primeiro dia de atividades vai começar com uma visita técnica aos terminais da Eldorado Brasil Celulose e da BTP (Brasil Terminal Portuário), ambos no Porto de Santos.

Dentro do Santos Export também haverá o InfraJUR – Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes. Criado pelo Conselho Jurídico do Centro de Estudos do Brasil Export (Cebe), o evento terá dois painéis que vão debater os desafios legais para gestão condominial nos portos e a sobreposição de competências no setor de transportes.

Também no dia 15 será realizada a solenidade de abertura do Santos Export, reunindo diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal e também dos setores portuário e jurídico. E logo em seguida, um coquetel de comemoração dos 30 anos do Sopesp (Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo).

Para o segundo e último dia estão programados quatro painéis de debates. No primeiro deles serão discutidos investimentos, renovação de contratos de arrendamento e regras para Terminais de Uso Privado (TUPs). No segundo, soluções para os gargalos dos acessos ao Porto de Santos.



O painel 3 terá como tema demandas e os desafios dos embarcadores de carga no complexo santista. E o quarto e último falará do modelo de gestão para o futuro do porto.

Todos esses painéis terão como debatedores autoridades e especialistas dos setores portuário, de logística e infraestrutura.

O ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça irá participar do InfraJUR, no primeiro dia do fórum

O Santos Export está de volta à cidade de Santos após dois anos de realização do evento em Guarujá. O Blue Med Convention Center fica na Praça Almirante Gago Coutinho, na Ponta da Praia, em Santos.

Todos os painéis terão transmissão ao vivo pelo Portal BE News através do www.portalbenews.com.br.

QUADRO

Confira a programação completa do Santos Export 2023:

15 de maio

9h00 – Visitas a terminais do Porto de Santos (atividade exclusiva para profissionais que atuam e residem fora da Baixada Santista, com participação mediante credenciamento prévio e limite de 50 participantes; veículo oficial parte 8h30 do Hotel Sheraton Santos)

Terminal da Eldorado Brasil Celulose – em construção

Brasil Terminal Portuário (BTP) – em operação

13h30 – Início do credenciamento para todos os participantes

14h30 – Abertura do InfraJUR – Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes (Início da transmissão online e gratuita no Portal BE News)



- Fabrício Guimarães Julião, CEO do Brasil Export
- José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export
- Ricardo Molitzas, Presidente do Conselho do Santos Export
- Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Jurídico CEBE
- Marcelo Kanitz, Vice-Presidente da ABDPM (Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo)

14h45 – Painel 1 do InfraJUR: Desafios legais para gestão condominial nos portos

Presidente de Mesa: James Winter, Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário da OAB Nacional

Debatedores

- Marcelo Sammarco, Sócio da Sammarco Advogados e Vice-Presidente da ABDM (Associação Brasileira de Direito Marítimo)
- Anderson Pomini, Diretor-Presidente da Autoridade Portuária de Santos
- Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Desembargador do TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo)

15h45 – Painel 2 do InfraJUR: Sobreposição de competências no setor de transportes

Presidente de Mesa: Ingrid Zanella Andrade Campos, Presidente da Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário da OAB Nacional

Debatedores:

- Alexandre Barreto de Souza, Superintendente-Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)
- Bernadete Bacellar do Carmo Mercier, Diretora de Administração e Finanças da Autoridade Portuária de Santos
- Eduardo Nery, Diretor-Geral da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)
- Lucas Asfor, Diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)

16h45 – Coffee break

17h15 – Mesa de encerramento do InfraJUR

Presidente de Mesa: Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, Desembargador do TRT/SP (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) e Presidente do Conselho Jurídico CEBE

Participantes:

- André Mendonça, Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal)
- Benedito Gonçalves, Ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça)
- Benjamin Zymler, Ministro do TCU (Tribunal de Contas da União)



18h30 – Solenidade de Abertura com autoridades convidadas

- Fabricio Guimarães Julião, CEO do Brasil Export
- Marcio França, Ministro de Portos e Aeroportos
- Jorge Lima, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo
- Rogério Santos, Prefeito de Santos
- André Mendonça, Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal)
- Paulo Alexandre Barbosa, Presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos
- Alberto Mourão, Deputado Federal
- Benedito Gonçalves, Ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça)
- Benjamin Zymler, Ministro do TCU (Tribunal de Contas da União)
- Fabrizio Pierdomênico, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
- Eduardo Nery, Diretor-Geral da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)
- Felipe Queiroz, Diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)
- Lucas Asfor, Diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)
- Anderson Pomini, Diretor-Presidente do Porto de Santos
- Robledo de Lemos Costa e Sá, Capitão dos Portos do Estado de São Paulo
- José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export
- Ricardo Molitzas, Presidente do Conselho do Santos Export
- Jorge Bastos, Presidente da INFRA S.A

20h00 – Coquetel em comemoração aos 30 anos do SOPESP (Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo)

16 de maio

9h00 – Palavras de boas-vindas por José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, e Ricardo Molitzas, Presidente do Conselho do Santos Export (nício da transmissão online e gratuita no Portal BE News)

9h15 – Painel 1: Investimentos, renovação de contratos de arrendamento e regras para TUPs

Apresentação: Fabrizio Pierdomênico, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News

Debatedores:



- Antônio Carlos Sepúlveda, Diretor-Presidente da Santos Brasil
- Fabio Siccherino, CEO da DP World Santos
- Ricardo Arten, CEO da Brasil Terminal Portuário
- Sandra Silva, Gerente Jurídica da Cargill

10h15 – Palestra Governo do Estado de São Paulo

11h00 – Coffee break

11h30 – Painel 2: Soluções para os gargalos dos acessos ao Porto de Santos

Introdução e moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor de Redação do BE News

Debatedores:

- Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo
- Rogério Santos, Prefeito de Santos
- Felipe Queiroz, Diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)
- Rui Klein, Diretor de Concessões Rodoviárias Estaduais do Grupo EcoRodovias
- João Almeida, Diretor-Presidente da FIPS (Ferrovia Interna do Porto de Santos)
- Silvana Alcântara, Diretora de Relações Institucionais e Regulatório da VLI

13h00 – Almoço

14h30 – Painel 3: Demandas e desafios dos embarcadores de carga no Porto de Santos

16h00 – Coffee break

16h30 – Painel 4: Modelo de gestão para futuro do Porto de Santos

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

REGIÃO SUDESTE - OS 30 ANOS DO SOPESP E A EXPECTATIVA PARA O SANTOS EXPORT NO ZR NEWS

Sindicato dos Operadores Portuários completará 30 anos de fundação no mês de dezembro

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br

O ano de 2023 marca os 30 anos de atuação do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo, o Sopesp, que serão completados no mês de dezembro. A atuação da entidade no Porto de Santos, bem como a expectativa para a edição de 2023 do Santos Export, foram destaques no Programa ZR News veiculado na Rádio Santa Cecília FM (107,7).

Ricardo Molitzas, diretor-executivo do Sopesp, completou recentemente cinco anos de atuação no sindicato. Ele lembra que o Sopesp foi criado a partir do advento da lei nº 8.630, de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.



O diretor-executivo do Sopesp, Ricardo Molitzas, também é presidente do Conselho do Santos Export e falou sobre o fórum regional que será realizado na próxima semana. Crédito: Reprodução/ZR News

“Vamos completar agora no próximo mês de dezembro 30 anos do Sopesp. São 30 anos de trabalhos e discussões sobre o nosso porto”, comentou.

Segundo Molitzas, o Sopesp tem os maiores operadores portuários do país entre os associados, mas ele acredita que é preciso uma publicidade maior da ação das empresas ligadas ao porto.

“A EXPECTATIVA É SEMPRE GRANDE PARA O EVENTO (SANTOS EXPORT) QUE TEMOS EM SANTOS. JÁ TEMOS UMA RELAÇÃO DE PESSOAS INSCRITAS QUE SÃO BASTANTE SIGNIFICATIVAS. COMEÇAMOS NO DIA 15 DE MANHÃ, COM DUAS VISITAS TÉCNICAS. À TARDE TEREMOS O INFRAJUR E DEPOIS, NO FINAL DO DIA, A ABERTURA OFICIAL. E TEREMOS TAMBÉM UM COQUETEL DOS 30 ANOS DE COMEMORAÇÃO DO SOPESP. NO PRÓXIMO DIA, A GENTE TEM A NOSSA PROGRAMAÇÃO COM QUATRO PAINÉIS AO LONGO DO DIA”

RICARDO MOLITZAS

diretor-executivo do Sopesp e presidente do Conselho do Santos Export

“Nós temos os maiores operadores portuários como associados, porque estão operando no Porto de Santos. Às vezes falo para interlocutores sobre quem faz tanto e é preciso contar o que foi feito. Precisam ter essa publicidade. Isso acaba de certa forma aproximando a sociedade do porto, e é o que a gente precisa fazer. O grande trabalho é a conscientização da sociedade com a importância do porto, que eu ainda acho que é muito pequena na região da Baixada Santista”, analisou Molitzas.

Santos Export

Nos próximos dias 15 e 16, o Grupo Brasil Export vai realizar seu segundo evento regional de painéis com o Santos Export 2023. No primeiro dia do evento haverá uma solenidade em homenagem ao Sopesp.

“A expectativa é sempre grande para o evento que temos em Santos. Já temos uma relação de pessoas inscritas que são bastante significativas. Começamos no dia 15 de manhã, com duas visitas técnicas. À tarde teremos o InfraJUR e depois, no final do dia, a abertura oficial. E teremos também um coquetel dos 30 anos de comemoração do Sopesp. No próximo dia, a gente tem a nossa programação com quatro painéis ao longo do dia”, afirmou Molitzas, que também é presidente do Conselho do Santos Export.

Acessos ao porto

Entre os temas abordados nos painéis programados para o segundo dia, um deles diz respeito aos acessos que envolvem o Porto de Santos. Molitzas dividiu a questão dos acessos rodoviários em duas partes, cada uma delas com sua importância.

“Uma delas é a malha rodoviária do Porto de Santos, que precisa de manutenção e investimentos. A outra parte é a via de chegada a Santos, onde só temos o Sistema Anchieta-Imigrantes. Se você olhar para a carga, ela só chega pela Via Anchieta, que é dos anos 1950. Se olhar lá para os anos 1970, a gente movimentava de 70 a 80 milhões de toneladas por ano. Hoje a gente já chegou em 142 milhões de toneladas e a via é a mesma.

Óbvio que o investimento da Fips (Ferrovia Interna do Porto de Santos) você tira uma pressão porque o aumento de capacidade da ferrovia tira uma pressão do sistema rodoviário. Uma nova via que se discute é uma ligação do Rodoanel à Cônego Domênico Rangoni. Uma via dessas para ficar pronta é no mínimo de oito a 10 anos. Será que a gente aguenta 10 anos de espera? Eu tenho minhas dúvidas”, analisou.

O professor Rafael Pedrosa, coordenador do MBA em Gestão Portuária e Operações Internacionais e da Pós-graduação em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da Universidade Santa Cecília (Unisantia), salientou que é preciso dar uma atenção maior para projetos futuros, que possam vir a sanar problemas e gargalos futuros.

“Nosso grande problema é falta de projeto. É o que precisamos para daqui a alguns anos, o que temos que fazer para termos gargalos sanados e às vezes até gargalos que nem existem. Com projeto você consegue dimensionar gargalos futuros, e evitar que eles colapsem. Esperava-se que o porto crescesse, mas não tivemos projetos que pudessem atenuar os impactos desse crescimento, e isso é um grande pecado”, comentou.

Todas as quintas-feiras, o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo <https://portalbenews.com.br>

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/05/2023

REGIÃO NORDESTE - COMPANHIA DOCAS DO RN ELEGE NOVO PRESIDENTE

Estéferson Gomes da Silva foi eleito durante reunião do Conselho de Administração e já tomou posse

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



O novo presidente da Codern é advogado com amplo domínio nas áreas de Direito Administrativo e Gestão Pública
Crédito: Divulgação/Codern

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Autoridade Portuária que administra o Porto de Natal, tem novo diretor-presidente. Estéferson Ubarana Gomes da Silva foi eleito por unanimidade para assumir o cargo pelo Conselho de Administração (Consad) da Autoridade Portuária, em reunião realizada ontem (11).

Estéferson foi empossado ontem mesmo para substituir o brigadeiro Carlos Eduardo da Costa

Almeida, que pediu exoneração em fevereiro. Durante esse meio-tempo a presidência vinha sendo ocupada de forma interina por Ulisses Danilo Silva Almeida.

O novo presidente da Codern é advogado com amplo domínio nas áreas de Direito Administrativo e Gestão Pública. É pós-graduado em Direito Administrativo e Gestão Pública e ainda em Direito e Processo do Trabalho.

Foi conciliador no Procon-RN, órgão de defesa do consumidor vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, Assessor Parlamentar Municipal na Câmara Municipal de Natal/RN e Secretário Parlamentar da Câmara dos Deputados.

PF tem nova área em Natal

Na última quarta-feira (10), a Codern e a Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Norte assinaram um aditivo ao contrato de cessão de uso de área do Porto de Natal para a instalação do Nepom (Núcleo de Polícia Marítima da Polícia Federal).

Assinaram o documento diretor-presidente substituto da Codern, Ulisses Danilo Silva Almeida, e a superintendente da PF no Estado, Larissa Freitas Carlos Perdigão.

Com a instalação do núcleo, a Polícia Federal vai ampliar a presença de agentes no Porto de Natal, garantindo uma maior segurança para a rotina das atividades portuárias, em parceria com a Codern.

Eles visitaram a área, acompanhados do diretor técnico-comercial da Autoridade Portuária, Roberto Santoyo; o gerente de Operações, Rodolfo Góis; e os delegados da PF Caio César Marques Bezerra e Alexandre Rubens de França.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

REGIÃO NORDESTE - CEARÁ E EMPRESA FRANCESA FAZEM ACORDO PARA DESENVOLVER PROJETO DE HIDROGÊNIO VERDE

Estado chega a 30 memorandos assinados com empresas interessadas em se instalar no Complexo Portuário do Pecém

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

O Governo do Ceará assinou ontem (11) um Memorando de Entendimento (MoU) com a empresa francesa de energia Voltalia. A assinatura ocorreu em Roterdã, nos Países Baixos, durante a World Hydrogen 2023, uma das principais feiras de hidrogênio do mundo.

Com mais esta parceria, o Estado chega a 30 memorandos assinados com empresas interessadas em se instalar no Complexo Portuário do Pecém, visando a produção e exportação de Hidrogênio Verde (H2V).



A assinatura do acordo entre Pecém e Voltalia aconteceu nos Países Baixos, durante a World Hydrogen 2023, uma das principais feiras de hidrogênio do mundo
Crédito: Divulgação/Complexo do Pecém

O acordo de ontem prevê a cooperação para a estruturação de projeto da empresa, que quer produzir o H2V e derivados no Ceará, com colaboração com universidades locais e centros tecnológicos.

No documento, as partes se comprometem a cooperar no desenvolvimento de projeto de hidrogênio verde, amônia verde e e-metanol.

Entre as iniciativas, está a capacitação de mão de obra local, a estruturação de um supply chain adequado e condições otimizadas para uma unidade de produção dentro da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará.

O documento foi assinado pelo CEO do Grupo Voltalia, Sebastien Clerc; pelo CEO da Voltalia Brasil, Robert Klein; pelo secretário do Desenvolvimento Econômico do Ceará, Salmito Filho; e pelo presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo.

Também estiveram presentes Carlos Prado, vice-presidente da Federação das Indústrias do Ceará (Fiec), e Joaquim Rolim, secretário executivo de Indústria do Ceará.

“O nosso estado tem um grande potencial, especificamente no Complexo do Pecém, para o desenvolvimento da cadeia de produção, distribuição e armazenagem e transporte do hidrogênio verde. Estamos atentos às oportunidades nesse setor, que são de fundamental importância para mudar a economia do Ceará”, destaca o secretário Salmito Filho.

“Essa parceria com a Voltalia reforça a instalação do nosso hub de hidrogênio verde, que será um divisor de águas no Ceará, impactando diretamente na economia, na criação de empregos e no aproveitamento da nossa mão de obra local”, aponta Hugo Figueiredo.

De acordo com Robert Klein, CEO da Voltalia Brasil, a empresa é um dos maiores investidores em energia limpa do Nordeste brasileiro e sempre esteve atenta ao potencial que a região tem.

“Não poderia ser diferente para a produção e exportação de Hidrogênio Verde. Com uma grande abundância de fontes solar e eólica altamente competitivas, a região pode se posicionar de forma ambiciosa no mercado global de geração de hidrogênio verde com preços atraentes e um produto de baixa intensidade de carbono”.

A Voltalia é um player internacional no setor de energia renovável que produz e vende eletricidade gerada a partir de instalações eólicas, solares, hidráulicas e de biomassa. Atualmente, conta com mais de 1.500 colaboradores.

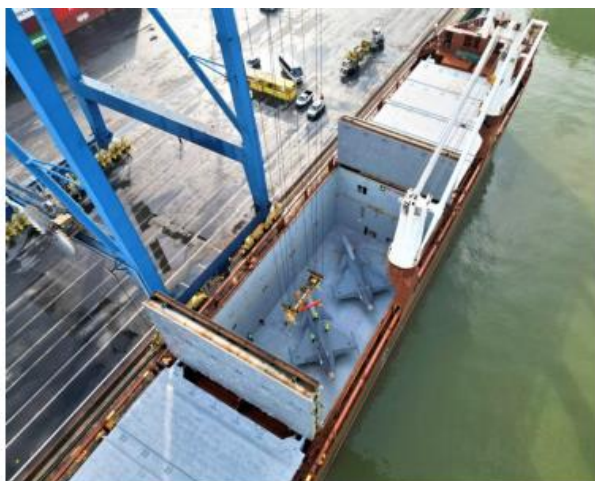
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTONAVE RECEBE OPERAÇÃO DE DESCARGA DE DOIS NOVOS CAÇAS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Aeronave Gripen F-39 foi levada até a Base Aérea de Anápolis pelo Aeroporto Internacional de Navegantes

Por CASSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



Os caças Gripen F-39 foram embarcados pelo Porto de Norrköping, na Suécia, e vieram até o Brasil pelo navio holandês MV Mitiq. Crédito: Divulgação/Portonave

COM A CHEGADA DAS DUAS AERONAVES, A FAB PASSARÁ A CONTAR COM SEIS F-39 GRIPEN EM SEU ACERVO, DAS 36 QUE FAZEM PARTE DO PROJETO

O Porto de Navegantes recebeu uma operação de descarga de dois novos caças que vão compor a frota da Força Aérea Brasileira (FAB). Os caças Gripen F-39 foram embarcados pelo Porto de Norrköping, na Suécia, e vieram até o Brasil pelo navio holandês MV Mitiq.

Segundo a Portonave, Autoridade Portuária gestora do terminal catarinense, esta foi a quarta operação de aeronaves pelo cais. Com os dois novos caças, somam sete aeronaves que foram desembarcadas no Porto de Navegantes, sendo a primeira delas em 2020, e outras quatro em 2022.

Após o desembarque no cais, as aeronaves foram levadas até o Aeroporto Internacional de Navegantes, que fica a cerca de 2 km do porto. No hangar, os Gripen receberam os assentos ejetáveis e o kit de sobrevivência, além da preparação para o abastecimento e acionamento em solo.

O deslocamento até o aeroporto contou com a participação de autoridades, em um grande esquema. Houve o envolvimento de militares da FAB, além da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Guarda Municipal de Navegantes e Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (CBMSC). A operação

teve, ainda, a participação da Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC), Prefeitura Municipal de Navegantes, Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito (Navetran) e Receita Federal.

Os caças foram instalados nos aviões da FAB 4105 e FAB 4106, com destino à Base Aérea de Anápolis (BAAN), em Goiás. Com a chegada das duas aeronaves, a FAB passará a contar com seis F-39 Gripen em seu acervo, das 36 que fazem parte do projeto.

F-39

Desenvolvido e fabricado pela empresa sueca Saab, o Gripen é reconhecido pela eficiência, baixo custo de operação, elevada disponibilidade e capacidade tecnológica avançada. O novo caça será utilizado também pela Força Aérea da Suécia, como o vetor responsável pela soberania e proteção dessas nações.

No Brasil, a entrada em serviço significa um importante salto qualitativo e tecnológico, sendo alguns dos recursos embarcados inéditos para a FAB.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

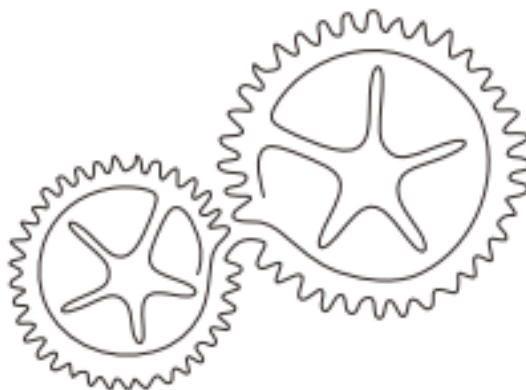
Data: 12/05/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - PORTUGAL 2030 E O CONCEITO DE IPO REESCRITO COMO: INVESTIMENTOS, PRODUTIVIDADE E OPORTUNIDADES



MARCELO DE SOUZA SOBREIRA

Conselheiro, consultor e professor
em Mercados Financeiro e de Capitais
opinioao@portalbenews.com.br



A definição de IPO no Mercado de Capitais é “Initial Public Offering”, ou seja, oferta pública inicial, que significa o início das vendas de ações no processo de abertura de capital de uma empresa. Nesse artigo, apresento IPO como “Investimentos, Produtividade e Oportunidades”, sob a ótica do Acordo de Parceria Portugal 2030.

O Acordo de Parceria Portugal 2030 materializa o programa firmado entre Portugal e a Comissão Europeia, e tem cinco objetivos estratégicos: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos. Para receber os fundos europeus entre 2021 e 2027, o país deve se enquadrar às regras do acordo assinado no município do Fundão.

Fazendo um paralelo do enquadramento de Portugal às regras da Comunidade Europeia, as empresas que pretendem abrir o capital precisam seguir as regras da bolsa de valores e dos órgãos reguladores. Trata-se do processo de preparação e planejamento de todo emissor que pretende realizar um IPO para receber Investimentos, aumentar a Produtividade e gerar cada vez mais Oportunidades de negócios.

Os Investimentos em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia oriundos dos fundos da Comunidade Europeia levarão Portugal para um outro patamar, em termos de inovação e sustentabilidade. Os recursos (23 bilhões de euros) são distribuídos em 12 programas temáticos dedicados à transição digital, à ação climática, à qualificação e à inclusão social, ao apoio à eficiência energética e à descarbonização.



Em um processo de abertura de capital, o “uso dos recursos” ou investimentos recebidos dos investidores podem ser alocados para crescimento da empresa, melhoria da imagem ou expansão dos negócios.

Com relação à Produtividade, o tema é tão importante que é comemorado mundialmente no dia 20 de junho. Em 2014, a OCDE criou o Fórum Global para a Produtividade, que consiste numa plataforma de troca mútua de informação e melhores práticas de políticas públicas em torno do tema. Dois anos depois, a União Européia recomendou, aos estados-membros, a criação de conselhos de produtividade, com o objetivo de analisar sua evolução e seus desafios estratégicos. Assim, aos 20 de março de 2018, o Conselho Para a Produtividade (CPP) foi criado em Portugal.

De acordo com o relatório do CPP, Produtividade pode ser definida como uma medida de eficiência econômica. E avalia a forma com que os recursos utilizados no processo produtivo são convertidos em produto final. A Produtividade pode ser influenciada por diversos fatores internos, dentre eles: a qualificação dos trabalhadores e a adoção de tecnologias mais eficientes. Também pode ser afetada por fatores externos relacionados com o funcionamento dos mercados e com a procura.

Portanto, mais uma similaridade com o processo de IPO, que depende de fatores externos – timing de lançamento da oferta e do interesse de potenciais investidores – e internos, como a preparação das equipes para o investor education, roadshow ou site visit. Cabe registrar, ainda, que os conceitos de sustentabilidade e governança ambiental, social e corporativa (ESG) estão cada vez mais presentes no dia-a-dia das empresas.

O Portugal 2030 é uma Oportunidade para as empresas investirem em novas tecnologias, tendo em vista o apoio do programa à área de inovação e transição digital. Acredito que, com mais investimentos e o incremento da produtividade, surgirão cada vez mais Oportunidades à economia portuguesa, entrando um círculo virtuoso análogo a um IPO de sucesso: novas formas de crescimento (funding), novos mercados de acesso, novos investidores (pessoas físicas e investidores institucionais), nova forma de gestão financeira (alongamento de dívidas) e novas captações; portanto, aumentando cada vez mais o nível da sua competitividade.

Cabe destacar ainda que as empresas com participação no comércio internacional (exportadoras ou importadoras) têm níveis de produtividade superiores às restantes. Logo, não há dúvidas de que surgirão diversas Oportunidades de negócios entre Portugal e outros países europeus, África e, especialmente, com o Brasil.

De um lado, o “celeiro do mundo” – um dos maiores exportadores de commodities do planeta – e, do outro lado do Oceano Atlântico, Portugal se posicionando como a porta de entrada da Comunidade Europeia, com portos cada vez mais eficientes e preparados para receber os navios e distribuir as cargas para o centro e o norte do Velho Continente.

OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA ORIUNDOS DOS FUNDOS DA COMUNIDADE EUROPEIA LEVARÃO PORTUGAL PARA UM OUTRO PATAMAR, EM TERMOS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE. OS RECURSOS (23 BILHÕES DE EUROS) SÃO DISTRIBUÍDOS EM 12 PROGRAMAS TEMÁTICOS DEDICADOS À TRANSIÇÃO DIGITAL, À AÇÃO CLIMÁTICA, À QUALIFICAÇÃO E À INCLUSÃO SOCIAL, AO APOIO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E À DESCARBONIZAÇÃO.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2023

BE NEW – NACIONAL - VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

11 MULHERES E 1 VELEIRO



O late Clube de Santos recebeu, em sua primeira visita ao Brasil, o veleiro oceânico The Maiden Factor, com uma tripulação composta por 11 mulheres de nacionalidades diferentes. The Maiden Factor viaja o mundo promovendo a educação de meninas, que tem pouco ou nenhum acesso a recursos básicos, além da proteção dos oceanos, e chegou ao país após aproximadamente 21 dias e 3400 milhas náuticas percorridas, saindo da Cidade do Cabo, na África do Sul. Em fotos, a tripulação e a Relações Institucionais do Sindicato dos Operadores do Estado de São Paulo - Soesp, Marcelli Mello com a diretora de Produção do Brasil Export, Hevelyn Souza. O projeto é patrocinado pelo Grupo DP World, que opera um complexo portuário multipropósito no Porto de Santos (SP).



MULHERES NA GESTÃO PORTUÁRIA



A diretora financeira da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo, Shana Bertol, a gerente Jurídica do OGMO/ Paranaguá, Silvana Alves, e a diretora-executiva da Agência Marítima de Imbituba, Maria Zilá de Sousa Gil, em foto especial para a coluna Vitrine, durante o Seminário de Direito do Trabalho Portuário, realizado em Imbituba (SC), que teve o objetivo de expor debater os principais temas que envolvem as relações de trabalho nos portos públicos e privados, bem como mostrar o ponto de vista do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o assunto.

SORRIA, É FESTA NA BAHIA



Em foto especial e exclusiva para nossa coluna, a diretora-presidente da Companhia Docas da Bahia - Codeba, Ana Paula Calhau, em mês de celebração dos 110 anos do Porto de Salvador. O Porto do Brasil, como era chamado, foi criado em 1913, e está localizado na Baía de Todos-os-Santos, a segunda maior baía navegável do mundo, junto com os Portos Organizados de Aratu-Candeias e Ilhéus, além de mais sete Terminais de Uso Privado (TUPs), que integram o complexo portuário da Bahia. Ficam registrados os cumprimentos e os votos de sucesso à Codeba e a todos os funcionários!

EMPRESAS FAMILIARES



A secretária-geral da Associação Portuguesa das Empresas Familiares e também conselheira do Portugal Export, Marina Malhão-Pereira, e o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira, na última quarta-feira (10), na Universidade Católica de Lisboa, quando foram debatidos diversos assuntos, dentre eles, as melhores práticas de internacionalização, inovação e sustentabilidade. "É muito importante estar sempre conectado e levar o Portugal Export a fóruns de discussões que visam a alavancar o comércio internacional", afirma Sobreira.

DEBATE NO RIO DE JANEIRO



Na segunda-feira (dia 8), no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro, aconteceu o debate sobre o projeto de lei que trata sobre a obrigatoriedade de colocação de cercos preventivos em todas as embarcações atracadas ou fundeadas, operando ou não. Na foto, o presidente da Comissão de Responsabilidade Social Empresarial da OAB/RJ, João Leal, o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, e o deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Julio Lopes.

NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

SANTOS EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

16 de maio, 11h30
Blue Med Convention Center
Santos - SP

PAINEL 2
Soluções para os gargalos dos acessos ao Porto de Santos

Debatedores:

- Natália Rezende
Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo
- Rogério Santos
Prefeito de Santos
- Felipe Queiroz
Diretor da ANTT
- Rui Klein
Diretor de Concessões Rodoviárias Estaduais do Grupo EcoRodovias
- João Almeida
Diretor-Presidente da FIP5 (Ferrovia Interna do Porto de Santos)
- Silvana Alcântara
Diretora de Relações Institucionais e Regulatório da VLI
- André Neiva
Presidente do SINDISAN

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

BE NEWS

Saiba mais em: forumbrasilexport.com.br



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/05/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP
MAPA APRESENTA PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE AO BANCO MUNDIAL
Informações: Revista Cultivar (12 de maio de 2023)

O programa de conversão de pastagens de baixa produtividade, o novo Plano Safra e o projeto GEF Brasil: Vertentes foram alguns dos principais temas apresentados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) ao Banco Mundial em reunião realizada na noite de quarta-feira (10/05), em Brasília. “Estamos aqui para aprender como o Banco Mundial pode ajudar o Mapa no desenvolvimento sustentável da agropecuária com a possibilidade de apoiar inovações agrícolas”, declarou o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Johannes Zutt.



Com o objetivo de converter até 2 milhões de hectares de pastagem de baixa produtividade por ano, o assessor especial do Mapa, Carlos Ernesto Augustin, apresentou a iniciativa do Ministério que pode até dobrar a área de plantio no Brasil sem desmatamento, integrando lavoura e pasto, com aplicação de orgânicos no solo e sequestro de carbono.

A proposta é que o Banco Mundial possa oferecer linhas de financiamento especiais para os produtores rurais que quiserem investir na iniciativa. Augustin também mostrou à instituição os pilares do novo Plano Safra, que será lançado no próximo mês, baseado em oferecer taxas de juros e/ou limite de crédito melhores conforme o comprometimento com direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores rurais, capacitação, ampliação do uso de defensivos biológicos ao invés de químicos por hectare de plantio e sequestro de carbono.

“O efeito dessas propostas é diminuir a pressão sobre o desmatamento, aumentar a produtividade e reduzir a emissão de carbono. É o manejo para mostrar ao mundo as boas práticas da agropecuária brasileira”, ressaltou o assessor especial.

Diante dos projetos apresentados, o Banco Mundial propôs a realização de uma nova rodada de reunião junto a outras instituições financeiras para debater as possibilidades de viabilização de crédito para o agro.

Por meio da parceria com o Banco Mundial, já está em fase de finalização, o projeto GEF Brasil: Vertentes, consórcios de paisagem de uso múltiplo sustentável nos sistemas alimentares, uso do solo e restauração, desenvolvido em parceria entre Mapa, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com financiamento do Banco Mundial.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/05/2023

ACS SEDIA PRIMEIRA OFICINA DE 2023 PROMOVIDA PELA DIVISÃO DE ASSUNTOS MARÍTIMOS E DIREITO DO MAR DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Informações: ACS (12 de maio de 2023)

Sempre palco de grandes discussões, encontros e debates, até o dia 17 de maio, a ACS sedia a primeira oficina de 2023 promovida pela Divisão de Assuntos Marítimos e Direito do Mar das Nações Unidas (DOALOS, na sigla em inglês).

Cerca de 80 especialistas da ONU (Organização das Nações Unidas), vindos de 27 países estão reunidos em nosso Auditório para contribuir com a produção do III Relatório Global do Estado do Oceano (World Ocean Assessment III), que será lançado em 2025.

Ao longo dos dias, os profissionais estarão concentrados em debater questões relacionadas ao Atlântico Sul e Caribe, desenvolver capacidades para fortalecer a interface entre ciência e política. Pela primeira vez, o relatório também detalhará informações e abordagens que podem ser utilizadas pelos tomadores de decisão na busca pela sustentabilidade, conservação e restauração do oceano

A mesa de abertura do Workshop sobre o Atlântico Sul e Caribe contou com a participação do representante da DOALOS de Nova Iorque, Francois Bilet; do co-coordenador do Grupo de Especialistas do Processo Regular das Nações Unidas para Relatório Global do Estado do Ambiente Marinho, Roberto de Pinho; e do diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Osvaldo Moraes.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/05/2023



CHINESA COSCO RECEBE APROVAÇÃO PARA ADQUIRIR PARTICIPAÇÃO NO PORTO DE HAMBURGO, NA ALEMANHA

Informações: EXAME (12 de maio de 2023)

Gigante de transporte marítimo da China, o Grupo de Transporte Marítimo da China Ocean Shipping (COSCO, na sigla em inglês) finalmente obteve aprovação do governo alemão para adquirir uma participação de 24,9% em um terminal de contêineres pertencente à Hamburger Hafen und Logistik, no porto de Hamburgo. As informações foram divulgadas pelo Yicai Global.

A empresa alemã afirmou que recebeu a decisão com satisfação, já que ela permitirá que o terminal de Tollerort, no Porto de Hamburgo, seja expandido para se tornar o principal terminal da COSCO para o transporte de cargas entre a Ásia e a Europa.

Relação comercial China-Alemanha

A China é o maior parceiro comercial tanto da Alemanha quanto do Porto de Hamburgo, com cerca de 30% das cargas movimentadas no porto provenientes ou destinadas à China. A empresa alemã disse que concluirá a transação com a contraparte COSCO Shipping Ports em tempo hábil.

Um porta-voz do governo alemão disse que não haverá ajustes no acordo fechado pelas duas partes em outubro do ano passado, mesmo que o terminal tenha sido classificado como infraestrutura crítica, segundo informações da mídia local divulgadas em 10 de maio.

A COSCO Shipping Ports, subsidiária da chinesa COSCO Shipping, havia anunciado em setembro de 2021 planos para adquirir uma participação de 35% no terminal por 65 milhões de euros (US\$ 71 milhões), mas houve resistência ao investimento por parte de algumas áreas do governo alemão.

Em outubro do ano passado, uma reunião do gabinete alemão deu aprovação para que a empresa chinesa assumisse uma participação reduzida de 24,9%, mas o acordo foi temporariamente colocado em dúvida quando o terminal foi listado como infraestrutura crítica, o que levou a uma revisão adicional do acordo.

O volume de negócios do Porto de Hamburgo atingiu 8,3 milhões de unidades equivalentes a vinte pés (TEUs) no ano passado, uma queda de 5,1% em relação a 2021 devido ao ambiente econômico internacional difícil, segundo seu relatório anual mais recente.

No ano passado, a China foi o maior parceiro comercial do porto, com 2,46 milhões de TEUs, seguida pelos Estados Unidos, com 605.000 TEUs, e Cingapura, com 423.000 TEUs.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

IBAMA MUDA ENTENDIMENTO SOBRE SIMULAÇÃO NA FOZ DO AMAZONAS

Análises técnicas no Ibama cobram mudança em plano de resposta; estudos demonstram que óleo de eventual vazamento vai em direção oposta ao litoral

Por Hanrrikson de Andrade 12 de maio de 2023 Em Meio ambiente, Mercado offshore, Petróleo e gás, Política energética



Exploração da Foz do Amazonas opõe ambientalistas e indústria do petróleo (Foto: WikiCommons)

BRASÍLIA – Técnicos do Ibama opinaram pela rejeição e arquivamento do pedido de licenciamento da perfuração na Foz do Amazonas, na costa do Amapá, sem que a Petrobras possa antes realizar uma Avaliação Pré-Operacional (APO) – procedimento que simula a resposta a uma emergência na região, como um vazamento.

As conclusões da equipe técnica do Ibama foram contestadas internamente pelo chefe da Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic), Régis Fontana, que sugere que a APO seja feita antes da decisão derradeira sobre o avanço ou não do pedido de licença – a última palavra cabe ao presidente, Rodrigo Agostinho.

Não se trata de uma excepcionalidade do projeto. A APO faz parte do rito do pedido de licenciamento e tem sido discutida na Foz do Amazonas desde 2017, inicialmente pela bp, antes de a Petrobras assumir a empreitada pelo bloco FZA-M-59, em 2020.

Já no ano seguinte, a companhia começou a atender exigências feitas pelo Ibama para que a simulação saísse do papel, em linha com o calendário estabelecido. A previsão inicial era realizar a simulação em agosto de 2022, o cronograma chegou a ser aprovado pela autarquia ambiental, mas houve dificuldades logísticas e demandas por melhorias.

Durante a fase de preparação, foram feitas contratações, adequações no escopo original, investimentos de infraestrutura e outros ajustes. Em fevereiro de 2023, cumpridas as exigências, a Petrobras finalmente solicitou o agendamento da simulação para o mês seguinte, o que não ocorreu.

Agora, a Petrobras aguarda a autorização para realizar a simulação e dar continuidade ao licenciamento.

“A decisão do Ibama sobre a concessão da licença operacional deve ocorrer após a realização da APO. No momento, a Petrobras aguarda o agendamento do exercício pelo Ibama”, manifestou-se a empresa, em nota.

Em resposta à agência epbr, a Petrobras afirma ainda que “está com todos os recursos operacionais e pessoais mobilizados para realização do exercício simulado de resposta a emergências, que é um requisito do processo de licenciamento ambiental”.

Visões opostas

Em diversos documentos emitidos ao longo do processo de análises do pleito de licenciamento, o órgão ambiental se debruça sobre questões de política ambiental e climática e a proposta de realização da avaliação estratégica, endossada pela ministra de Meio Ambiente, Marina Silva (Rede). São decisões que competem ao governo.

Há, portanto, dois pontos de vista: a Dilic recomenda a realização da simulação; os técnicos, por sua vez, pedem o arquivamento do projeto.

Um ex-diretor do órgão, ouvido sob reserva pela epbr, afirma que o próprio Ibama já havia estabelecido, nos últimos anos, as diretrizes e os prazos para que a simulação fosse realizada.

Afirmou ainda que a APO seria um ato pragmático, de modo a permitir que a estatal pudesse corrigir falhas apontadas pela área técnica. “Houve uma mudança de postura”, comentou ele.

A tese oposta ao parecer do Ibama, portanto, é que simulação tem o objetivo de subsidiar o plano de resposta e não haveria motivo para impedir o exercício.



O que diz o Ibama hoje?

Os técnicos afirmam que o PPAF (Plano de Proteção à Fauna), um dos componentes do PEI (Plano de Emergência Individual), “não está apto a ser aprovado em sua versão conceitual, de modo que não há recomendação de se realizar a Avaliação Pré-Operacional”.

A conclusão consta do último parecer técnico despachado ao gabinete de Agostinho, em 20 de abril.

O relatório sustenta que, caso a atividade exploratória provoque derramamento de óleo, há “remota possibilidade de resgate e reabilitação da fauna” e, conseqüentemente, “a provável perda da biodiversidade impactada”.

Isto é, partindo da premissa de que não há risco de toque de óleo na costa brasileira, conforme apontam os estudos de modelagem de dispersão apresentados pela Petrobras, a questão pendente é o tempo de resposta. Essas informações constam em documentos públicos e restritos, obtidos pela epbr.

A distância entre Belém (PA), base da operação, e a localização do poço a ser perfurado “reflete as dificuldades logísticas encontradas na região, que não tem infraestrutura de suporte para a indústria de exploração e produção”, segundo conclui o Ibama.

O que diz a Petrobras?

Um dos contrapontos da Petrobras no processo inclui a previsão de uso de embarcações rápidas para redução do tempo de resgate de animais, além de recursos dispostos no próprio Amapá.

“A Petrobras conta com embarcações equipadas com profissionais habilitados para transporte e atendimento de fauna oleada. Além disso, a companhia dispõe de unidades móveis de atendimento a fauna em Oiapoque [no Amapá] e outras localidades”.

Um item crucial do licenciamento de projetos de petróleo offshore é a mitigação dos riscos de um vazamento atingir a costa. As empresas realizam estudos – a modelagem de dispersão de óleo –, apresentados ao Ibama e um dos elementos que norteiam os planos de segurança operacional.

Entre novembro de 2022 e fevereiro deste ano, a Petrobras atualizou estudos sobre a dispersão de óleo, elevou a frota de resposta a vazamentos prevista no plano emergencial e passou pela vistoria no Centro de Reabilitação e Despetrolização (CRD), estrutura construída em Belém (PA) “para atendimento à fauna silvestre em caso de evento acidental”.

São oito embarcações do tipo OSRV “estrategicamente posicionadas, garantindo prontidão para atuação no caso de vazamento de óleo”, segundo consta do projeto.

Gostou? Compartilhe no Whatsapp!

O estudo sobre dispersão de óleo mais recente elaborado para a Foz do Amazonas foi analisado pela área técnica do Ibama em janeiro deste ano.

“Segundo o documento [o estudo da Petrobras], não haveria ocorrência de óleo em Unidades de Conservação brasileiras, assim como não haveria probabilidade de toque na costa brasileira”, registra um parecer do órgão.

“Estudos de modelagem de óleo realizados pela companhia, e aprovados pelo Ibama, comprovaram que o movimento do óleo, numa remota eventualidade de vazamento no poço [no bloco] FZA-M-59, é em direção offshore, oposta ao litoral”, diz a Petrobras.

O Ibama não responde aos contatos da epbr. O espaço segue aberto.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/05/2023

AUMENTO DA OFERTA DE GÁS DA UNIÃO NÃO OCORRERÁ ANTES DE 2025, DIZ ALEXANDRE MESSA

Diretor do MDIC afirma que swap do óleo por gás da União não será imediato, por questões contratuais

Por epbr 12 de maio de 2023 Em Entrevista, Mercado de gás, Política energética



Alexandre Messa, do MDIC, diz que swap do óleo da União por gás não será imediato (Foto: Steferson Faria)

RIO — Uma vez aprovado pelo Congresso Nacional, o swap (troca) do óleo da União por volumes adicionais de gás natural disponíveis para comercialização por meio da Pré-sal Petróleo SA (PPSA) não será imediato, disse o diretor de Infraestrutura e Melhoria do Ambiente de Negócios no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Alexandre Messa.

Ele conta que o governo ainda avalia como operacionalizar o swap – uma das propostas do programa Gás para Empregar. E explica que, como a União já possui contratos firmados de comercialização de seu óleo, para os próximos anos, a troca de seus volumes por gás não seria possível antes de 2025.

Assista na íntegra a entrevista exclusiva de Alexandre Messa ao estúdio epbr no Seminário de Gás Natural do IBP, realizado nos dias 10 e 11 de maio no Rio de Janeiro.

“Esse swap depende de contratos que existem e que faz com que a solução não seja imediata. Mas a resposta que o governo quer dar [sobre como se dará o programa] é imediata”, afirmou ao estúdio epbr, durante participação no Seminário de Gás Natural do IBP.

Messa conta que o GT interministerial do Gás para Empregar deve ser formalizado nas próximas semanas. Independente disso, as discussões já estão acontecendo dentro do governo.

“Qual o volume de gás, de onde ele virá, de que campos vai tirar esse gás. Tudo isso está sendo procurado ser respondido”, comentou.

Questionado se o aumento de oferta de gás a preços competitivos prometido pelo governo contemplará a indústria como um todo, Messa disse que, embora os setores químico e de fertilizantes sejam tratados como prioritários, a intenção é “beneficiar o usuário final e a utilização do gás natural tanto para matéria prima quanto como energético no setor produtivo”.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/05/2023

PETROBRAS AGUARDA MARCO REGULATÓRIO PARA SEGUIR COM ANÁLISE FINANCEIRA DE EÓLICAS OFFSHORE

“Temos condições sólidas para seguir com o plano de diversificar investimentos e fortalecer a Petrobras como uma companhia de energia integrada”, diz Jean Paul Prates.

Por Gabriela Ruddy 12 de maio de 2023 Em Congresso, Eólica, Mercado offshore, Transição energética

RIO – A Petrobras vai aguardar a definição de um marco regulatório das eólicas offshore no Brasil para seguir com as análises técnicas e financeiras desses novos projetos.

Segundo o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade, Maurício Tolmasquim, as análises na companhia ainda estão em estágio inicial.



Entrevista coletiva com o presidente Jean Paul Prates, no Edifício Senado (Edisen), no Rio de Janeiro Foto: Maurício Pingo / Agência Petrobras

O diretor reforçou que a prioridade da empresa será atuar em parceria com outras empresas na entrada em novas fontes de energia.

Há um acordo inicial com a Equinor para desenvolver até 14,5 GW de potência de geração eólica no offshore, por exemplo. São termos para estudo de investimentos

conjuntos.

Segundo Tolmasquim, a estratégia está ligada ao compartilhamento de investimentos, experiências e riscos. “Quando se reduz a quantidade de capex comprometida em um projeto específico, é possível entrar em mais projetos”, afirmou.

Em vídeo apresentado aos acionistas, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, reforçou a intenção de atuar em parcerias.

“Temos condições sólidas para seguir com o plano de diversificar investimentos e fortalecer a Petrobras como uma companhia de energia integrada, justa e longa”, disse.

Regulação na Aneel em 2024

O governo Bolsonaro (PL) editou decretos e regulamentos para contratação das áreas offshore em 2022. Setores do governo chegaram a tentar tirar o primeiro leilão do papel, sem sucesso.

Na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o tema está programado para 2024. Alessandro Cantarino, superintendente de Regulação dos Serviços de Geração, disse à epbr esta semana que a agência deve intensificar no ano que vem os trabalhos.

Segundo Cantarino, primeiro vai ser definida uma análise de impacto regulatório, seguido por uma consulta pública para que então a proposta de regulamentação seja submetida à diretoria da agência.

“Estamos neste momento no trabalho de aprendizado, conhecimento, pesquisa. Ao longo de 2024, devemos ter novidades”, disse.

Na Câmara, tramita o projeto de lei 576/2021, aprovado no Senado ano passado. É de autoria do atual presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ex-senador pelo Rio Grande do Norte.

Petrobras e TotalEnergies contam com primeiro leilão em 2024

A Petrobras e a TotalEnergies esperam que o governo federal faça o primeiro leilão de áreas para geração de energia eólica offshore em 2024. A expectativa é compartilhada pelo IBP, que representa as produtoras de petróleo.

“Temos expectativa de um leilão no segundo semestre do ano que vem e estamos nos preparando para isso”, disse Fernanda Scoponi, gerente sênior responsável pelo desenvolvimento de negócios de energia eólica offshore da TotalEnergies no Brasil.

A expectativa foi compartilhada por Fernanda Delgado, diretora executiva corporativa do IBP, que participou com Scoponi durante evento da Câmara de Comércio Brasil-Texas, em Houston, nos Texas (EUA).

E pelo diretor de Transição Energética da Petrobras, Maurício Tolmasquim, em entrevista à epbr. Veja toda a cobertura da OTC 2023.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

LIGHT ENTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O SERVIÇO VAI PIORAR? A CONTA DE LUZ VAI AUMENTAR? ENTENDA

Empresa deve cumprir contratos e honrar obrigações junto aos consumidores, diz Idec. Companhia afirma que manterá investimentos. Distribuidora e geradora do grupo têm 4,5 mil funcionários
Por Luana Reis, Leticia Lopes e Luciana Casemiro — Rio*

A holding Light S.A entrou com pedido de recuperação judicial nesta sexta-feira, com uma dívida de aproximadamente R\$ 11 bilhões, após meses enfrentando dificuldades com gatos e queda no consumo de energia. Após o anúncio, as ações da empresa despencaram. Pouco antes do fechamento a queda era de 18,05%. Mas como isso pode afetar o consumidor?

O serviço vai piorar? A queda de luz será mais frequente?

Não. Uma empresa entra com pedido de recuperação judicial quando está em uma crise financeira com o objetivo de renegociar empréstimos e se reestabelcer. É diferente do pedido de falência, que é quando a empresa interrompe todas as suas atividades para quitar as dívidas. Logo, a Light continuará operando normalmente.

No entanto, pode ser que a empresa tenha problemas com fornecedores de peças e equipamentos, e isso pode afetar a qualidade dos serviços, explica o coordenador do programa de Energia do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Anton Schwyter. Afinal, como a empresa não mantém uma boa reputação financeira no momento, credores podem desconfiar da sua capacidade de honrar pagamentos.

A conta de luz vai aumentar?

Não. A conta de luz aumenta ou diminui de acordo com o reajuste tarifário anual, e o deste ano já aconteceu, em março. O próximo reajuste está previsto apenas para o ano que vem.

Porém, é possível que, diante de algum acontecimento inesperado, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica, que defini os reajustes) realize uma revisão tarifária extraordinária, como aconteceu em dezembro de 2022, quando as tarifas foram reduzidas para devolver PIS/Cofins cobrados a mais anteriormente.

Se um eletrodoméstico for danificado devido a uma instabilidade no fornecimento de energia, a Light continuará reembolsando o consumidor?

Sim. Afinal, a prestação de serviços da Light continua normalmente.

Críticas: Lula sobe o tom contra privatização da Eletrobras: 'Uma coisa de lesa pátria'
Caso um eletrodoméstico seja danificado por alguma falha no fornecimento de energia, como um pico de luz ou mesmo a falta prolongada de energia, é possível solicitar ressarcimento no site da empresa.

As equipes de manutenção vão demorar mais tempo ou reduzir a frequência das visitas? A empresa vai cortar funcionários, afetando o serviço?

Não dá para saber isso de imediato, diz Anton Schwyter, uma vez que as obrigações do contrato da Light com a União continuam vigentes. Mas caso o consumidor julgar que houve uma piora na prestação de serviço, deve acionar a ouvidoria da empresa e a agência reguladora do setor, no caso, a Aneel.

No primeiro trimestre deste ano, a Light registrou um aumento do tempo para reestabelecimento da energia para o consumidor após a falha do serviço em 0,52 horas, em relação a dezembro de 2022, 6,81 horas ante a 6,32 horas.

Apesar da piora no indicador de Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora – DECI, um dos parâmetros de análise de qualidade pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o índice ficou abaixo do limite estabelecido pela reguladora, que é de 7,20 horas.

Já no que diz respeito ao indicador que trata da frequência das interrupções do fornecimento do serviço, a companhia registrou uma leve melhora de 3,06x ante 3,07x, apurada em dezembro do ano passado.

Estar dentro dos indicadores de qualidade da Aneel, no entanto, não parece significar que a qualidade do serviço prestado tem atendido às necessidades da população. Apenas as Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) têm dez inquéritos em andamento sobre problemas na prestação de serviços da Light em várias partes do estado.

Se eu precisar trocar a titularidade da conta, a recuperação judicial da empresa pode mudar algo nesse processo?

Não, visto que as obrigações e direitos do consumidor e da empresa continuam exatamente os mesmos.

E os trabalhadores? Como ficam?

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio e Região (Sintergia-RJ), as empresas de distribuição e geração da Light somam 4,5 mil funcionários. De acordo com a entidade, a notícia do pedido de recuperação judicial da holding gerou preocupação entre a categoria, mas ainda de maneira "mais branda", já que o processo envolve a Light S.A, "guarda-chuva" do grupo, com apenas 16 funcionários.

– A empresa soltou um comunicado interno mais cedo dizendo que tem um compromisso em manter salário e benefícios dos trabalhadores, mas encaminhamos no início da tarde um ofício em caráter de urgência pedindo uma reunião com a direção, porque a informação causou preocupação. Queremos informações mais detalhadas para tranquilizar os funcionários – afirma Eduardo Xavier Rodrigues, vice-presidente do sindicato.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2023

PETROBRAS VAI REDUZIR PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS NA PRÓXIMA SEMANA, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL

Jean Paul Prates vai anunciar nova estratégia comercial da estatal na semana que vem

Por Bruno Rosa — Rio



Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, participa de call com analistas para falar sobre os resultados financeiros do primeiro trimestre Reprodução

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, disse que a nova estratégia comercial de preços que está sendo desenvolvida vai ser anunciada na próxima semana. Lembrou ainda que poderá haver queda nos preços de alguns combustíveis.

- Semana que vem vamos falar de preço. Há chance de reajuste na semana que vem, de fazer uma avaliação (de preços) em alguns combustíveis. Mas não vou dar spoiler - disse Prates.



Dados da Abicom, que reúne os importadores, revelam que o valor da gasolina no Brasil está maior em relação ao mercado internacional desde o fim do mês passado. Nesta sexta-feira, por exemplo, a gasolina nos polos da Petrobras é vendida R\$ 0,39 acima do exterior. O mesmo ocorre com o diesel. Hoje, o valor da estatal está R\$ 0,28 maior.

Segundo ele, a Petrobras vai seguir o critério de estabilidade de preços frente a volatilidade internacional. Além disso, destacou que haverá atratividade para o cliente.

-Não haverá uma abdicação das vantagens da empresa como ter refino e produção no Brasil. Não precisamos ter uma maratona de 118 reajustes de combustíveis como em 2017. Vamos continuar seguindo a competitividade interna em cada mercado que participamos e a referência internacional.

Segundo Prates, a estatal vai praticar preços em equilíbrio com o mercado internacional que garantam a competitividade da companhia:

-Seguimos comprometidos em praticar preços em equilíbrio com o mercado que garantam a competitividade da empresa sem perder a participação de mercado em cada área de influência das refinarias. Nos últimos cem dias, o diesel caiu 23% nas refinarias, a gasolina caiu 4% e o gás natural caiu 19% - disse Prates.

Conteúdo local

Carlos Travassos, diretor de Engenharia, Tecnologia e Inovação, disse que a Petrobras já conversa com os estaleiros nacionais para avaliar o tamanho da capacidade de atendimento.

Ele lembrou que o número de módulos de plataformas que estão sendo construídos no Brasil vai passar de 53 esse ano para 61 em 2024.

-Estamos chamando as empresas que estavam fora do radar e vendo as necessidades e colocando as oportunidades. Temos que começar com a capacidade que a indústria pode atender

Segundo ele, a Petrobras reconhece a importância da política de conteúdo local

- Nos Estados Unidos, há conteúdo local para cabotagem; na Alemanha, para indústria de renováveis; na Noruega, em óleo e gás; na Coreia do Sul, para a indústria automobilística. É natural e esperado ter uma política de conteúdo local, seja para desenvolver a indústria ou proteger setores - afirmou Travassos.

Margem Equatorial

Sobre as atividades na Margem Equatorial, entre o litoral das regiões Norte e Nordeste, Ana Paula Zettel, gerente executiva de Exploração & Produção, disse que a empresa está aguardando o posicionamento do Ibama em relação à avaliação pré-operacional para um poço exploratório no Amapá.

-Hoje, a manifestação do Ibama é para Amapá Águas Profundas. Mas nosso portfólio prevê outros poços. Pelo nosso cronograma, a sonda sairia da Foz do Amazonas para o Rio Grande do Norte - disse ela, destacando que cerca de US\$ 3 bilhões estão reservados para a região.

Prates afirmou que não há pressão para que o Ibama libere a licença ambiental na região.

-Não há pressão, disputa e animosidade nem com Ibama nem com a ministra Marina (Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima). Estamos conduzindo esse caso com respeito e respostas imediatas a todas as condicionantes e exigências a esse licenciamento. A questão vai se tornando uma decisão do estado brasileiro.

GALÍPOLO É ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO BRASIL, MAS DEVE FICAR POUCO TEMPO NO CARGO

Secretário-executivo da Fazenda foi indicado para diretoria do Banco Central
Por O Globo — Brasília



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo Fernando Donasci/Agência O Globo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, foi eleito nesta sexta-feira presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil. Por outro lado, sua permanência no novo cargo deve ser curta em razão de sua indicação para a diretoria do Banco Central.

Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que Galípolo será indicado como diretor de Política Monetária do BC, uma das mais importantes da autarquia. O nome ainda precisa passar pelo Senado, mas a expectativa é que isso seja um processo célere. Galípolo é ventilado hoje como substituto de Roberto Campos Neto na presidência do BC em 2024.

Ele precisará renunciar ao cargo no Banco do Brasil assim que foi aprovado para o BC pelo Senado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/05/2023

HURB SE COMPROMETE A APRESENTAR PLANO DE REESTRUTURAÇÃO AO GOVERNO ATÉ O DIA 22

Novo CEO da plataforma se reuniu nesta sexta-feira com o secretário Nacional do Consumidor e disse que vai apresentar soluções para queixas dos clientes

Por Luciana Casemiro — Rio



No centro da mesa, Wadih Damus, do lado esquerdo o CEO do Hurb, Otávio Brissant e o advogado da empresa, Diogo Tebet. Do outro lado mesa, a equipe da Senacon Tom Costa/Ascom MJSP

O novo CEO da Hurb, Otávio Brissant, se comprometeu a entregar, até o dia 22 deste mês, um plano de reestruturação para atender os contratos que ainda não foram cumpridos, em reunião nesta sexta-feira com o secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous, em Brasília.

O encontro aconteceu após a abertura do processo administrativo pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça, em 24 de abril, diante da explosão de queixas de clientes da empresa diante de dificuldades de realizar as viagens contratadas com a plataforma, assim como de obtenção de reembolso pelos pacotes não cumpridos.

Durante a reunião, Brissant se comprometeu também em melhorar seus processos internos e a adotar medidas que garantem o respeito aos direitos dos consumidores, aprimorar a transparência nas informações sobre os produtos e serviços oferecidos. E ainda responder todas as reclamações dos consumidores na plataforma de intermediação de conflitos de consumo do governo federal, Consumidor.gov.br, com indicativo de resolução dos problemas.



- O Hurb entendeu que deve satisfação aos consumidores e precisa resolver as pendências que têm com milhares de clientes, que se sentem prejudicados pela quebra de contrato. Eles se comprometeram a nos entregar até o dia 22 um plano de trabalho, com todas as pendências e as soluções para cada hipótese de descumprimento de contrato. Nossa intenção não é previamente punir o Hurb, mas resolver os problemas, as angústias dos clientes do Hurb. Se isso não acontecer, aí sim a empresa será sancionada - destaca o secretário.

Empresa diz ter mapeado problemas e já trabalhar na solução

Em nota, o Hurb diz reconhecer "os problemas enfrentados nas últimas semanas, que afetaram passageiros e parceiros da empresa, e ressalta que todas as questões foram mapeadas e já estão sendo sanadas por meio de diversas iniciativas."

Entre as medidas adotadas a plataforma destaca "o anúncio do novo CEO - Otavio Brissant, que está há sete anos na companhia -; a contratação de uma assessoria financeira com reconhecida experiência no mercado, cuja equipe está alocada no Hurb, trabalhando ao lado dos colaboradores da empresa para resolver todas as pendências; e o recrutamento de novos parceiros de negócios para acelerar a resolução dos problemas".

A empresa afirma ainda ter dado início ao que chama de Hurb 3.0, "fase que reúne seus 1.600 colaboradores em força-tarefa para normalizar o cenário sob nova liderança". O Hurb diz ter obtido "avanços significativos nos últimos dias, como o início da regularização dos pagamentos dos parceiros".

Entenda o caso

A Senacon está em processo de análise das informações financeiras prestadas pela empresa na última segunda-feira. A secretaria avalia se o Hurb tem condições de garantir a realização dos pacotes ainda à venda. Se concluir que não há recursos suficientes o órgão governamental poderá suspender a comercialização de pacotes pela plataforma.

Foram registradas este ano mais de 11 mil reclamações no Consumidor.gov.br, contra 12 mil contabilizadas em todo o ano de 2022. Além disso, o índice de solução das demandas na plataforma de intermediação de conflitos do governo federal caiu de 64%, em 2022, para 48,05% neste ano.

Otávio Brissant assumiu a liderança da plataforma, após seu fundador e ex-CEO João Ricardo Mendes, deixar o cargo após repercussão negativa da forma pública como tratou as queixas de consumidores, incluindo a exposição de dados pessoais de um cliente num grupo de WhatsApp.

O Hurb já havia sido notificado pela Senacon, no ano passado, a apresentar esclarecimentos sobre as práticas comerciais adotadas pela empresa. Segundo a secretaria, no entanto, as respostas da empresa não foram suficientes para sanar as irregularidades apontadas pelos consumidores. Foi iniciada até uma negociação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mas diante do aumento das reclamações essa ação foi suspensa.

Vários hotéis Brasil afóra já informaram não aceitar reservas feitas por meio do Hurb e nesta semana novos relatos de consumidores da plataforma revelavam o cancelamento de voos a poucas horas do embarque.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2023

AGU FINALIZA TEXTO QUE REGULAMENTA O USO DE PRECATÓRIOS EM LEILÕES E CONCESSÕES NO PAÍS

Ideia é fixar critérios mais rigorosos na aceitação desses títulos, além de alinhar as novas regras entre AGU e os Ministérios do Planejamento, Fazenda e Gestão

Por Geralda Doca e Manoel Ventura



O advogado-geral da União, Jorge Messias, durante café da manhã Daniel Estevão/AGU

Pressionada, a Advocacia-Geral da União (AGU) corre para fechar as novas regras sobre o uso de precatórios no pagamento de outorgas por concessionários de aeroportos e na compra de imóveis públicos. Uma portaria com as novas regras será divulgada nas próximas semanas e deve priorizar a aceitação de precatórios com garantias.

Além disso, deverá ser aceito precatório de qualquer valor, e não mais acima de R\$ 50 milhões, conforme foi previsto no governo anterior. Precatórios são dívidas reconhecidas em definitivo pela Justiça contra o Poder Público a favor de pessoas físicas e jurídicas.

Antes da apresentação da portaria, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai revogar um decreto do ex-presidente Jair Bolsonaro que regulamenta o uso de precatórios. Segundo técnicos do governo, a ideia é fixar critérios mais rigorosos na aceitação desses títulos, além de alinhar as novas regras entre a AGU e os Ministérios do Planejamento, Fazenda e Gestão.

- A nossa preocupação é dar segurança jurídica e previsibilidade, tanto para a União, quanto para os credores - disse um integrante do governo.

O uso de precatórios em acerto de conta com a União foi incluído na Constituição Federal no final de 2021, de forma autoaplicável. Ou seja, pode ser pleiteada pelo credor sem necessidade de lei, mas há resistência por parte do governo do PT, inclusive do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em março, o advogado-geral da União, Jorge Messias, revogou portaria editada no governo anterior que ditava os procedimentos sobre o uso de precatórios. Na ocasião, Messias criou um grupo de trabalho para apresentar uma alternativa em 120 dias. O prazo terminaria só em agosto.

A medida afetou os planos das empresas interessadas nesse tipo de operação e gerou críticas generalizadas sobre insegurança jurídica. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também alertaram, reservadamente, à AGU. Para esses ministros, a Emenda que permitiu o uso de precatórios é clara, e por isso não haveria motivos para não permitir o uso do instrumento.

Precatórios e aeroportos

Além disso, áreas técnicas como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) se posicionaram, internamente, favoráveis à aceitação de precatórios.

Operadores aeroportuários que já atuam no país e vencedores da última fase de concessão dos aeroportos apresentaram precatórios ao governo para ajudar a complementar o valor da outorga.

O grupo espanhol Aena, que arrematou Congonhas por R\$ 2,45 bilhões em agosto de 2022, pediu à Anac para pagar a metade da outorga com precatórios. O contrato de concessão já foi assinado, inclusive, mas para ter eficácia é preciso que a Anac aceite.

A portaria da AGU deve ficar em consulta pública por 10 dias para que os interessados apresentem sugestões. O texto definitivo deve ser publicado até meados de junho.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/05/2023

LULA SOBE O TOM CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: 'UMA COISA DE LESA PÁTRIA'

Presidente participa de cerimônia de Lançamento do Programa Escolas de Tempo Integral, que vai ampliar a oferta de vagas em tempo integral no ensino básico

Por Alice Cravo — Brasília



Lula discursa durante o ato das centrais sindicais em SP, no 1º de Maio AFP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar a privatização da Eletrobras nesta sexta-feira e chamou trechos do contrato de "lesa pátria". Lula afirmou ainda que não se pode aceitar as condições impostas pela privatização e que é preciso denunciar.

— É uma coisa de lesa pátria, uma coisa que a gente não pode aceitar sem denunciar.

O presidente tem criticado intensamente o poder de decisão do governo no Conselho de Administração. Hoje, o governo tem mais de 40% do capital total da estatal, considerando participações indiretas. Mas o poder de voto é limitado a 10%.

Nesta quinta-feira, chegou a chamar a condição de "sacanagem", afirmou que ia "brigar muito" e ressaltou que vai "readquirir o direito de termos importância política" na Eletrobras.

O governo, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para ampliar seu poder de decisão no Conselho de Administração da Eletrobras, empresa de geração e distribuição de energia, privatizada no ano passado ainda na gestão de Jair Bolsonaro.

Hoje, qualquer acionista da Eletrobras tem o poder de voto limitado a 10%, independentemente do tamanho de sua fatia no capital total. O modelo escolhido é uma forma de prevenir a formação de blocos de controle e garantir a manutenção da Eletrobras como uma corporation, como o mercado chama empresas de capital majoritário pulverizado, sem controle.

Lula deu as declarações durante cerimônia de Lançamento do Programa Escolas de Tempo Integral, no Ceará. O presidente estava acompanhado pelos ministros Camilo Santana (Educação), Jader Filho (Cidades), e pela primeira dama, Janja da Silva.

O programa vai ampliar em 1 milhão o número de matrículas para ensino em tempo integral nas escolas de educação básica do país. Ao todo, o programa vai custar R\$ 4 bilhões para a União.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a oferta de educação em tempo integral deve estar presente em, no mínimo, 50% das escolas públicas do país, e atender pelo menos 25% dos estudantes da educação básica. O governo tenta cumprir essa meta com o programa. A ideia do MEC é alcançar 1 milhão de estudantes com as novas matrículas.

Na segunda etapa do programa, que ainda não teve data divulgada, o governo quer implementar ações, entre outras, para a formação de educadores, proteção social e melhoria de infraestrutura.

Mais tarde, Lula lançará um programa para a retomada de 3.500 obras paralisadas ou inacabadas, o que vai custar R\$ 4 bilhões para o governo ao longo dos próximos quatro anos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2023

GOVERNO ALEGA AO TCU INTERESSE PÚBLICO PARA PERMITIR RENEGOCIAR CONCESSÕES

Resultado do processo deve ter impacto no Galeão, cuja concessionária pediu para devolver ativo
Por Manoel Ventura — Brasília



Concessionária do Galeão está negociando contrato com o governo Fábio Rossi/Agência O Globo

O governo Lula foi ao Tribunal de Contas da União (TCU) para permitir que uma empresa desista de devolver um ativo concedido. O caso servirá para a situação do aeroporto do Galeão, no Rio, em que a concessionária solicitou a devolução do terminal e, agora, negocia com o governo continuar com o ativo em novas condições.

A consulta também será usada em outros empreendimentos, como o aeroporto de Viracopos (SP) e rodovias que passam por problemas. A lei que autorizou uma empresa a devolver a concessão afirma que o pedido tem caráter “irrevogável e irretroatável”. Por isso, o governo busca conforto jurídico para renegociar os contratos como iniciativa da União.

“Nos resta claro que não há vedação legal que impeça a administração pública de rever a gestão do ativo concedido, mediante a celebração de um novo acordo, ante a solução dos aspectos operacionais e econômico-financeiros do contrato de parceria, possibilitando a prestação adequada do serviço público, atendendo, assim, ao interesse público”, argumenta o governo ao TCU, na consulta ao qual O GLOBO teve acesso.

Como O GLOBO mostrou na terça-feira, o governo busca aval do Tribunal de Contas da União para manter a concessão do Aeroporto Internacional Tom Jobim com a operadora RIOgaleão.

No documento encaminhado ao TCU na quinta-feira, o governo questiona se há alguma objeção do tribunal ao entendimento de que o caráter irrevogável e irretroatável da relicitação se restringe à iniciativa do concessionário. E quais as balizas técnicas que o gestor deve apontar na sua motivação para o encerramento do processo de relicitação, por iniciativa do Poder Concedente.

A consulta é assinada pelos ministros de Portos e Aeroportos, Márcio França, e dos Transportes, Renan Filho. A intenção dos ministros é manter concessionárias operando e negociar individualmente os casos, por meio de processos como reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

Acompanhados dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, França e Renan foram na quarta-feira ao TCU para relatar os problemas que o governo está enfrentando e pedir celeridade na consulta.

A lei que permite uma empresa devolver um ativo e, na sequência, o governo fazer uma nova licitação, foi aprovada em 2017. Ela é aplicada em rodovias, ferrovias e aeroportos. Desde a sua implementação, nove concessionárias pediram a devolução dos ativos.

Na consulta, o governo lembra que a lei prevê um pacote de renúncias a direitos que o atual concessionário deve apresentar junto ao seu pedido de relicitação, com destaque para a previsão de que a entrega do ativo para a relicitação tem caráter irretroatável e irrevogável.

“Entretanto, é preciso compreender a postura da administração em uma conjuntura em que as condições econômicas ou regulatórias se modifiquem e a alteração do contrato de concessão

(desistência ou não da relicitação) se justifique. Seria possível, então, o encerramento do processo de relicitação, mediante novo aditivo e a retomada do contrato de parceria por iniciativa do Poder Público?”, questiona o governo.

No processo, a União destaca que a administração pública não é pautada pelo retorno financeiro direto que o objeto da concessão possa lhe oferecer, e sim pela melhor prestação do serviço público à população.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2023

INFLAÇÃO EM ABRIL SOBE ACIMA DO PREVISTO, COM REAJUSTE DE REMÉDIOS E PRESSÃO DE ALIMENTOS

Indicador teve alta de 0,61% no mês, mas desacelerou ante março. Preço de alimentação no domicílio volta a subir

Por Carolina Nalin — Rio

Puxada pela alta nos medicamentos, a inflação ficou em 0,61% na passagem de março para abril. O resultado indica uma desaceleração em relação ao mês de março, quando ficou em 0,71%. Os dados são do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e foram divulgados pelo IBGE nesta sexta-feira.

- O número veio acima do esperado pelo mercado. As projeções dos economistas giravam em torno de 0,55% no mês, segundo Valor Data
- Com o resultado, a inflação acumula alta de 4,18% em 12 meses, abaixo dos 4,65% observados nos 12 meses imediatamente anteriores



Medicamentos têm aumento a partir desta sexta-feira [Arquivo](#)

Desinflação lenta

Na visão de analistas, o resultado do IPCA de abril sinaliza que o país enfrenta um processo mais lento de desinflação do que o esperado. Os núcleos de inflação, que excluem itens mais voláteis e o Banco Central acompanha para calibragem dos juros, se mantiveram na mesma temperatura do mês anterior e não desaceleraram como se

imaginava. Ainda assim, o resultado não indica uma mudança de rota:

— O dado confirma uma desaceleração meio errática. De fato, a gente virou a chave. Não estamos mais naquele cenário inflacionário que vimos no ano passado, com inflação de bens industriais acima de 1%, por exemplo. E a inflação de serviços é mais inercial e, por isso, fica pressionada por mais tempo — diz Laura Moraes, economista da Neo Investimentos.

O que tem risco de influenciar o cenário de inflação, segundo Laura, é a dinâmica dos preços administrados. Ainda assim, a perspectiva é positiva. Ela projeta que a Petrobras deverá realizar um corte no valor da gasolina na refinaria no final deste mês diante da redução dos preços dos combustíveis no mercado internacional e a fim de compensar a alta de impostos sobre a gasolina. Por isso, revisou o IPCA para 5,8% em 2023.

Bruno Di Giacomo, CIO da Nero Capital, corrobora com a análise de desinflação lenta:



— O cenário nos parece benigno para uma desinflação em médio prazo, mas vai ter oscilações, não vai ser de forma linear. A trajetória vai ser meio acidentada — diz o diretor de investimentos, que também prevê IPCA de 5,8% no fim do ano.

Andrea Damico, economista-chefe da Armor Capital, explica que as surpresas foram concentradas nos preços de itens alimentícios por conta de uma restrição de oferta, mas boa parte dessas altas "tem vida curta" e em poucos meses esse processo se regulariza:

— A gente esperava um frescor em relação ao IPCA-15 que não se materializou. Mas não vejo ainda como suficiente para mudar a nossa visão para inflação nos próximos meses.

Medicamentos e alimentos mais caros

Todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta, segundo o IBGE. O destaque ficou para o grupo Saúde e cuidados pessoais, que registrou a maior variação (1,5%) e foi responsável por 0,19 ponto percentual da inflação no mês.

— O resultado nesse grupo foi influenciado pela alta nos produtos farmacêuticos, justificada pela autorização do reajuste de até 5,60% no preços nos medicamentos, a partir de 31 de março — explica o analista da pesquisa, André Almeida, destacando a contribuição de 0,12 p.p. desses itens no mês.

Já os preços dos planos de saúde tiveram alta de 1,20%. Segundo o IBGE, houve incorporação das frações mensais dos reajustes dos planos novos e antigos para o ciclo de 2022 a 2023.

Outro grupo que contribuiu para o resultado de abril foi o de Alimentação e bebidas, cujos preços aceleraram de 0,05% em março para 0,71% em abril. A alimentação no domicílio, que tinha ficado no campo negativo em março (-0,14%), subiu 0,73% em abril. Pesaram os aumentos nos preços do tomate, leite longa vida e queijo, cujas altas variam de 2% a 10%. Entre os alimentos em queda, os destaques foram a cebola e o óleo de soja.

A projeção de que a safra agrícola de 2023 vá bater o recorde de 302 milhões de toneladas este ano, segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) divulgado pelo IBGE na quinta-feira, pode atenuar o peso da inflação no bolso do consumidor.

Preço dos combustíveis recua

A inflação no grupo de Transportes, que havia subido 2% em março, desacelerou para 0,56% em abril. O preço dos combustíveis contribuiu para o resultado, dado que foi registrada uma queda de 0,44% após uma alta de 7% em março. Apenas o etanol subiu no mês, enquanto óleo diesel, gás veicular e gasolina tiveram retração nos preços.

As passagens aéreas, por sua vez, subiram 12% em abril após queda de 5% em março. Já as tarifas de metrô subiram 1,24%, pressionadas pelo reajuste no Rio de Janeiro a partir do dia 12 de abril. O ônibus urbano também ficou em média 1% mais caro, puxado pelos aumentos em Fortaleza e em Belo Horizonte (6,67%).

Perspectivas para 2023

Economistas preveem que a inflação acumulada em 12 meses vai desacelerar até meados de junho, quando volta a pegar tração e terminar o ano ao redor de 6%. Nesse cálculo, sai da conta o efeito das desonerações dos combustíveis, que no ano passado levou o IPCA a registrar três meses seguidos de queda nos preços. Em 2022, o IPCA fechou em 5,79%.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2023



EMPRESAS DO BRASIL PODERÃO TESTAR SEMANA DE QUATRO DIAS DE TRABALHO EM EXPERIMENTO

Iniciativa promovida pela 4 Day Week, que realiza o projeto-piloto ao redor do mundo, garante que a medida traz mais felicidade e mais produtividade para os colaboradores

Por Redação

O Brasil receberá um experimento que busca testar os benefícios de uma semana de trabalho de quatro dias. A iniciativa é da 4 Day Week, uma comunidade sem fins lucrativos que realiza projetos-pilotos como esse em todo o mundo, e da brasileira Reconnect Happiness at Work.

O projeto divulgou a novidade nesta semana e lançou um formulário em seu site oficial para que as empresas interessadas tirem as suas dúvidas, disponível neste link. As sessões de esclarecimento serão realizadas em junho, segundo a iniciativa. O calendário ainda será fechado e as informações serão divulgadas.

Os organizadores acreditam que adotar uma semana de trabalho de quatro dias é uma estratégia focada em trabalhar de forma mais inteligente, o que possibilita investir no bem-estar dos colaboradores e potencializar a produtividade. A 4 Day Week afirma que advoga pelo modelo 100-80-100, que consiste em 100% do salário, 80% do tempo e 100% de produtividade.

Segundo a iniciativa, os testes já feitos ao redor do mundo, como nos Estados Unidos, Irlanda e Islândia, mostram haver aumento na produtividade, maior atração e retenção de talentos, envolvimento mais profundo dos clientes, além de melhor saúde, bem-estar e felicidade dos colaboradores.

Reino Unido

No Reino Unido, o teste foi aprovado. Como resultado, a maioria das 61 empresas que participaram de junho a dezembro afirmou que seguirá em frente com jornadas mais curtas, e que a maioria dos funcionários estava menos estressada e com um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

O faturamento das empresas permaneceu praticamente o mesmo durante o período de testes no ano passado e até aumentou em relação aos mesmos seis meses do ano anterior, segundo resultados divulgados em fevereiro deste ano.

Semana de quatro dias reflete busca por maior equilíbrio entre trabalho e vida privada
Semana de quatro dias reflete busca por maior equilíbrio entre trabalho e vida privada Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

O teste foi realizado com pesquisadores do Boston College e com a Autonomy, uma organização de pesquisa focada no futuro do trabalho, além da 4 Day Week Global.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/05/2023

PETROBRAS VAI 'REAVALIAR' PREÇOS E DIVULGAR NOVA POLÍTICA NA PRÓXIMA SEMANA, DIZ PRATES

Segundo Jean Paul Prates, prática do chamado preço de paridade de importação levava a uma 'abdicação absoluta' das vantagens nacionais

Por Gabriel Vasconcelos e Denise Luna

RIO - O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse nesta sexta-feira, 12, que a companhia vai "reavaliar" o preço dos combustíveis na próxima semana e divulgar informações sobre a sua nova estratégia de preços. Ele falou em entrevista a jornalistas sobre os resultados financeiros do primeiro trimestre.



“O critério (dos preços) vai ser de estabilidade versus volatilidade. Não precisamos voltar ao tempo em que não houve nenhum reajuste, como em 2006 e 2007, mas também não precisamos voltar à maratona de 118 reajustes no ano em um único combustível, como em 2017, o que levou à greve dos caminhoneiros”, disse.

Prates afirmou que a Petrobras vai continuar a seguir a referência internacional dos preços do petróleo e derivados e a competitividade interna dos mercados regionais. Segundo ele, sempre que a companhia puder aguardar para responder a uma instabilidade ocasional no mercado internacional, vai fazê-lo em benefício da estabilidade para o cliente.

Nesse ponto, ele completou: “Existe chance de haver reajuste? Sim. Na semana que vem vamos reavaliar alguns combustíveis”.

O presidente da Petrobras destacou que, nos 100 primeiros dias da gestão, o preço do diesel praticado pela Petrobras caiu 23%, o da gasolina, 4%, e o do GLP (gás de cozinha), 19%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/05/2023

RELICITAÇÃO: GOVERNO OFICIALIZA CONSULTA AO TCU SOBRE VOLTAR ATRÁS EM DEVOLUÇÃO DE CONCESSÕES

O instrumento de relicitação é uma devolução amigável de concessões problemáticas, mas tem enfrentado percalços

Por Amanda Pupo

O instrumento de relicitação é uma devolução amigável de concessões problemáticas, mas tem enfrentado percalços

BRASÍLIA - Os ministérios de Transportes e de Portos e Aeroportos apresentaram na noite desta quinta-feira, 11, uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de o governo desfazer um processo de relicitação em andamento.

O instrumento de relicitação é uma devolução amigável de concessões problemáticas, mas tem enfrentado percalços. Desde que a regulamentação do tema foi editada, em 2019, nenhum leilão de relicitação foi realizado.

O Estadão/Broadcast mostrou ontem que, em reunião sobre o assunto com o presidente da Corte, Bruno Dantas, o governo acordou que enviaria o questionamento formal ao tribunal. No ofício, ao qual a reportagem teve acesso, os ministros Renan Filho e Márcio França afirmam que não visualizam “vedação legal” que impeça o governo de rever a gestão do ativo concedido, e pedem, portanto, uma manifestação da Corte de Contas.”

a) Se há alguma objeção deste Tribunal de Contas da União ao entendimento de que o caráter irrevogável e irretratável da relicitação se restringe à iniciativa do concessionário? b) Quais as balizas técnicas que o gestor deve apontar na sua motivação para o encerramento do processo de relicitação, por iniciativa do Poder Concedente?”, questionam os ministros. O processo será relatado pelo ministro Vital do Rêgo.

O próprio governo pediu que o caso fosse conduzido por Vital, pelo fato de o ministro já relatar uma ação relativa à relicitação do aeroporto de Viracopos. No documento, os ministros ainda solicitam que, pela relevância do tema, a consulta tenha tramitação preferencial no TCU.

Impasse

O primeiro leilão de relicitação está programado para acontecer na próxima semana, do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN). Mas a lista é grande. Seis concessionárias de rodovias e três de aeroportos apresentaram pedidos de devolução ao governo, em processos que se arrastam há anos.

A situação tem frustrado o poder público e as regiões onde estão esses ativos, já que a resolução dos passivos para que a concessionária possa sair do projeto é demorada, atrasando os leilões para selecionar um novo operador e destravar os investimentos. Por isso, integrantes do governo Lula avaliam que, para alguns casos, é mais interessante encontrar uma saída para manter o operador atual do que promover uma nova licitação.

No ofício ao tribunal, os ministros apontam que, como uma forma de coibir um “comportamento oportunista das concessionárias (mudança de ideia acerca do interesse de manter ou não sua concessão, conforme cenário econômico mais favorável)”, a lei das relitações prevê que a devolução do ativo tem caráter irrevogável e irretratável. Por outro lado, Renan Filho e França ponderam ser preciso “compreender a postura da Administração em uma conjuntura em que as condições econômicas ou regulatórias se modifiquem e a alteração do contrato de concessão se justifique.”



Os ministros Renan Filho e Márcio França afirmam que não visualizam “vedação legal” que impeça o governo de rever a gestão do ativo concedido, e pedem, portanto, uma manifestação da Corte de Contas.” Foto: Nilton Fukuda/Estadão

“Seria possível, então, o encerramento do processo de relitação, mediante novo aditivo e a retomada do contrato de parceria por iniciativa do Poder Público? É relevante destacar que a Administração Pública não é pautada pelo retorno financeiro direto que o objeto da concessão possa lhe oferecer, e sim pela melhor

prestação do serviço público à população”, afirmam.

Atualmente, a discussão ronda principalmente o contrato do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. No caso de Viracopos também há debate nesse sentido, já que a ABV indicou estar disposta a se manter na operação do terminal localizado em Campinas.

No setor de rodovias também há debates nesse sentido. No início de maio, o Ministério dos Transportes criou quatro grupos de trabalho que irão discutir soluções para concessões rodoviárias problemáticas, três delas já em processo de devolução pelas empresas.

O plano é, ao fim de 30 dias, produzir relatórios com “possíveis cenários” de acordos com as concessionárias que serão protocolados para análise da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do TCU.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/05/2023

PISO DA ENFERMAGEM: LULA SANCIONA LEI QUE LIBERA R\$ 7,3 BILHÕES PARA O PAGAMENTO

Recursos serão distribuídos aos entes federativos através do Fundo Nacional de Saúde

Por Sandra Manfrini

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que abre crédito especial de R\$ 7,3 bilhões para o Ministério da Saúde para assistência financeira complementar aos Estados, Distrito Federal e municípios para o pagamento do piso salarial da enfermagem. A agora Lei 14.581 foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 12. A proposta foi aprovada em abril pelo Congresso.

Os recursos serão distribuídos aos entes federativos através do Fundo Nacional de Saúde. Segundo o texto da lei, os recursos necessários à abertura do crédito decorrem da “incorporação de superávit

financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2022, referente à capitalização do Fundo Social”.

O piso nacional da enfermagem, aprovado pelo Congresso no ano passado, prevê que enfermeiros devem receber R\$ 4.750. Os técnicos de enfermagem receberão pelo menos 70% desse valor (R\$ 3.325) e os auxiliares de enfermagem e parteiras, 50% (R\$ 2.375).

O piso da categoria chegou a ser suspenso por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que argumentou que o projeto aprovado por Câmara dos Deputados e Senado não estabelecia de onde sairiam os recursos para arcar com os custos e não previa qual seria o impacto financeiro da medida.

A solução encontrada pelo Congresso foi aprovar, em dezembro passado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Enfermagem, que definiu a fonte dos recursos para custear a medida no setor público, nas entidades filantrópicas e nos hospitais que tenham pelo menos 60% de seus pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde. O dinheiro virá de parte dos recursos do fundo do pré-sal e de outros fundos constitucionais com saldo positivo financeiro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/05/2023

ENQUANTO LULA RECHAÇA PRIVATIZAÇÕES, GOVERNADORES BUSCAM INVESTIDORES NOS EUA PARA LEILÕES

Representantes dos Estados participaram da semana do Brasil em Nova York
Por Aline Bronzati e Altamiro Silva Junior

Luiz Inácio Lula da Silva já disse várias vezes que não quer privatizar nada. Ao contrário, tem até planos estatizantes. Mas, apesar dos ruídos gerados pelas falas do presidente da República, cujo alvo mais recente foi a Eletrobras, os governadores de Estados importantes, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, mantêm os seus planos de vender estatais gigantes e foram atrás do investidor internacional nos últimos dias durante a semana do Brasil em Nova York. Calendário tradicional nas relações com os Estados Unidos, a edição de 2023 foi marcada por inúmeras reuniões com figurões da política, cujos frutos podem, de quebra, gerar negócios para os bancos de investimento no Brasil.



Governo de São Paulo pretende conceder a Sabesp.
FOTO Isadora de Leão Moreira/GOVERNO SP Foto: IsadoradeLeaoMoreira / undefined

Governos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraná e outros marcaram presença em inúmeros encontros organizados por banqueiros, como Itaú BBA, BTG Pactual, Citi, Bank of America e Goldman Sachs, e também seminários com foco no Brasil em busca de recursos para setores como o de gás, energia elétrica, lítio, saneamento e transição energética.

Como pano de fundo, tiveram de lidar, porém, com o que traz grande preocupação - e questionamentos - por parte dos investidores: a insegurança jurídica no País. O temor foi reforçado às vésperas da semana do Brasil em Nova York após ação da gestão Lula para reaver direitos políticos na Eletrobras. Antes, o governo já havia sido derrotado na tentativa de alterar o marco regulatório do setor de saneamento.

Para o diretor de renda variável do Citi para a América Latina, Marcelo Millen, a postura do governo em casos como o envolvendo a Eletrobras “traz muito mais barulho do que a CPI da invasão do Congresso”.



Ele alertou que outros processos de privatização em curso, cuja agenda agora é predominantemente estadual, podem estar em xeque. “Se acontecer isso [reverter a privatização da Eletrobras], vai machucar muito. Copel, por exemplo”, sugeriu. “Copel, Sabesp, Cemig”, reforçou o diretor de banco de investimentos do Citi no Brasil, Eduardo Miras.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou que a movimentação do governo Lula para reaver direitos políticos na Eletrobras não causa surpresa, já que o PT sempre deixou claro não ser a favor de privatizações. Disse, porém, que sua postura em nada altera ou atrapalha a agenda mineira de venda de ativos. “Nossa agenda de privatizações vai continuar.

Precisamos de acionistas com fôlego para aporte de capital nos setores de saneamento e energia”, afirmou Zema. Segundo ele, o objetivo é privatizar a Codemig, de desenvolvimento econômico, a Copasa, de saneamento, e a Cemig, de energia. Zema não deu um prazo para o encaminhamento das vendas de ativos.

O primeiro deles é a Codemig, afirmou ele, que fez ainda uma apresentação na Nasdaq, a bolsa de tecnologia dos EUA, para uma campanha de atração de investimentos para a exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha. Também estão em processos de venda empresas como a Copel, a estatal de energia elétrica do Paraná, a Sabesp, a companhia de saneamento de São Paulo, fora ainda negócios em outros estados, como Mato Grosso e Goiás.

Estados têm oportunidades bilionárias

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, trouxe uma carteira estadual de R\$ 180 bilhões em concessões, privatizações e parcerias público-privadas (PPPs) para atrair investidores internacionais em Nova York. Ao longo dos últimos dias, ele se reuniu com pesos pesados do universo financeiro como BlackRock, a maior gestora do mundo, o fundo soberano de Cingapura (GIC), Bank of America, Goldman Sachs, Macquaire, com sede na Austrália, e o americano GQG.

Além da Sabesp, o grande destaque, o portfólio do governo de São Paulo inclui ativos nas áreas de educação, desenvolvimento urbano, loterias, transporte, infraestrutura e recursos hídricos. “Não podemos dar passos para trás, temos que andar para a frente no sentido de buscar o recurso privado. Há um capital vigoroso no mundo e que pode ser usado em São Paulo para gerar muito mais empregos e oportunidades”, afirmou Freitas.

De acordo com um banqueiro brasileiro, que pediu para falar na condição de anonimato, há interesse do investidor estrangeiro nos ativos estaduais ainda que as falas de Lula atrapalhem. “Todos os governadores estão em Nova York querendo contar a sua história. São estados relevantes e ativos relevantes”, disse ao Broadcast.

A Copel é a que está mais avançada e já contratou até os bancos que vão fazer a bilionária oferta de ações, que promete ser a maior do ano na B3. A operação terá como líder o BTG Pactual e ainda a participação de Bradesco BBI, Itaú BBA e UBS-BB. Na prática, para os assessores financeiros, o volume de negócios envolvendo ativos dos Estados não representa a mesma proporção em ganhos do que um negócio feito para uma empresa privada.

No entanto, os bancos de investimento têm interesse em estar presentes na intermediação porque as ofertas bilionárias servem de catapulta aos rankings do setor e de vitrine para outras oportunidades. Por isso, a montagem dos sindicatos dos bancos participantes em cada operação é bastante disputada, conta um banqueiro.

Lula diz ser contra vender estatais

Enquanto nos Estados abundam projetos de privatização ou concessão, Lula não quer vender ativos. Já tirou os Correios e a EBC (Empresa Nacional de Comunicação) do plano nacional de desestatização. Durante viagem à China, disse para a imprensa chinesa que em seu governo nada será privatizado e, no Brasil, não tem poupado críticas à Eletrobras, empresa que se tornou privada no governo de Jair Bolsonaro.

Estatais cancelaram planos de se desfazer de ativos e há sinalização de que a petroleira, ao invés de vender sua fatia na petroquímica Braskem, teria interesse em comprar até o controle da empresa, que foi alvo de uma proposta do fundo americano Apollo e da companhia petroleira de Abu Dhabi, Adnoc. “A agenda hoje de vendas de estatais está toda nos Estados, que é onde os bancos estão olhando”, comenta um banqueiro da Faria Lima.

A Petrobras também desistiu de vender a participação de 44% que detém no projeto offshore de gás no mar na Colômbia em sociedade com a Ecopetrol, com fatia de 55,56%. A ideia, agora, é acelerar o início dos trabalhos em três poços no segundo trimestre do próximo ano, sendo que o início da produção de gás é estimado para 2026.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/05/2023*



VALOR ECONÔMICO (SP)

SANTOS BRASIL PREVÊ 2023 DE MOVIMENTAÇÃO ESTÁVEL

Operadora portuária teve queda de 49,4% em seu lucro líquido, que ficou em R\$ 46 milhões no trimestre; a receita líquida caiu 3%, para R\$ 427 milhões

Por Taís Hirata — De São Paulo



Plano de investimento para 2023 é de R\$ 550 milhões a R\$ 650 milhões, diz Daniel Dorea, diretor da Santos Brasil — Foto: Divulgação

Após uma queda significativa na movimentação no primeiro trimestre, a Santos Brasil prevê um 2023 de estabilidade para seus terminais portuários. Por outro lado, a recomposição de tarifas deverá impactar positivamente o faturamento deste ano.

“Vai haver uma retomada dos volumes, principalmente a partir do terceiro trimestre de 2023. Mas não esperamos crescimento no ano. A previsão para a movimentação dos terminais é encerrar o ano no ‘zero a zero’ ou com ligeira queda. Estamos preparados para isso. Mas o que vai haver de positivo é a recomposição de preços”, afirmou Daniel Dorea, diretor financeiro do grupo.

No primeiro trimestre deste ano, a operadora portuária registrou uma queda de 49,4% em seu lucro líquido, que ficou em R\$ 46 milhões. A receita líquida caiu 3%, chegando a R\$ 427 milhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização) teve retração de 15%, para R\$ 153 milhões.

O principal impacto negativo do trimestre foi a queda na movimentação nos terminais portuários. O fluxo de contêineres do trimestre caiu 14,3%, para 262 mil unidades. A movimentação de carga geral diminuiu 57,6%, para 19 mil toneladas.

O desempenho negativo foi provocado principalmente pela redução nas importações – hoje, a Santos Brasil tem uma exposição a essas rotas comerciais maior do que o porto de Santos como um todo, por isso é mais afetada, explica Dorea. Para ele, o cenário de estoques altos do comércio, somado à crise no mercado de crédito neste início de ano, contribuíram para a queda nas importações do período.

Além disso, ele aponta que a base de comparação também contribuiu à queda, já que o resultado do primeiro trimestre de 2022 foi impactado por efeitos atípicos da pandemia, que levaram a um

resultado mais forte do que o comum para o período – que, sazonalmente, é o mais fraco do ano para o setor.

Com a normalização do comércio marítimo global, a perspectiva é que haja uma recuperação dos resultados de movimentação principalmente a partir do terceiro trimestre do ano.

O resultado do trimestre não afeta a estratégia da Santos Brasil para este ano, diz o diretor financeiro. O plano do grupo é investir de R\$ 550 milhões a R\$ 650 milhões em 2023, principalmente no terminal de Santos, mas também no novo projeto de granéis líquidos em Itaqui (MA).

Já em relação a novos projetos, Dorea afirma que a empresa está no aguardo da agenda prioritária do novo governo. “Continuamos interessados nos setores de contêineres, granéis líquidos e logística integrada.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/05/2023

TERMINAL PORTUÁRIO FECHA ACORDO COLETIVO INÉDITO

Pelo que foi acertado, trabalhadores inscritos no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) terão prioridade, e não mais exclusividade, nas contratações

Por Bárbara Pombo — De Brasília



Advogados Thiago Miller e Eraldo Aurélio Rodrigues Franzese: a partir de concessões de ambas as partes se chegou a um equilíbrio — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

A Brasil Terminal Portuário, operadora de contêineres no Porto de Santos, e o Sindicato dos Operadores em Aparelhos Guindastescos e Empilhadeiras do Estado de São Paulo (Sindogeesp) firmaram um acordo coletivo que, pela primeira vez desde a Lei dos Portos, flexibiliza o processo de contratação de trabalhadores no

setor.

Pelo que foi negociado, enquanto valer o acordo, trabalhadores portuários inscritos no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) terão prioridade - e não mais exclusividade - nas contratações. Trata-se, segundo especialistas, de um importante precedente em um assunto que gera grandes litígios e afeta contratações nos portos do país.

Em vigor há dez anos, a Lei dos Portos (12.815/2013) passou a estabelecer que a contratação para capatazia, bloco, estiva, vigilância de embarcações, conferência e conserto de carga com vínculo empregatício por prazo indeterminado seja feita “exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados”.

Pela lei, portanto, o recrutamento demandaria a intermediação obrigatória do Ogmo, entidade criada para esse fim há quase 30 anos. A exigência de exclusividade, porém, abriu uma série de questionamentos na Justiça nos últimos anos.

Isso porque, dizem advogados, nem sempre é possível preencher as vagas abertas apenas com trabalhadores registrados - seja pelo grau de especialização do posto seja pelos salários oferecidos.

A regra da lei, na prática, impede o recrutamento de trabalhadores no mercado comum de trabalho. E, com a judicialização, colocava em risco contratações feitas pelo sistema de prioridade.

“Acordo firmado possibilita maior eficiência no sistema de contratação de mão de obra”



— Joel Contente

A negociação coletiva entre a Brasil Terminal Portuário e o Sindogeesp ocorre depois de a Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) analisar a questão. A decisão é de outubro de 2021 (DC-1000360-97.2017.5.00.0000).

Os ministros decidiram que a contratação de trabalhadores portuários deve ser feita exclusivamente via Órgão Gestor de Mão de Obra. Para eles, não seriam válidos os recrutamentos feitos por meio de sindicatos - algo que vinha sendo acordado em negociações coletivas.

Foi, segundo advogados que acompanham o tema, uma mudança de entendimento do colegiado, que já tinha decisão anterior validando acordo coletivo firmado pela Norte Operações de Terminais, que previa a atuação do Sindicato dos Estivadores do Pará para o fornecimento de trabalhadores para o carregamento e descarregamento de carga em três portos do Estado (processo nº 636-89.2018.5.08.0000).

“Essa decisão mais recente do TST, determinando a exclusividade, causou pânico no mercado”, afirma o advogado Thiago Miller, sócio da Advocacia Ruy de Mello Miller, que representa a Brasil Terminal Portuário.

De acordo com Miller, o acordo firmado em março com o Sindogeesp é resultado de dois anos de negociações. Terá validade, nesse primeiro momento, até fevereiro de 2025.

“O acordo modula a aplicação da Lei dos Portos para construir uma nova realidade, uma norma negociada que prevalece sobre o legislado. Traz segurança jurídica”, diz Miller.

Advogado do Sindogeesp, Eraldo Aurélio Rodrigues Franzese, do escritório Franzese Advocacia, explica que o acordo coletivo afasta a regra da exclusividade prevista na lei e cria o critério de prioridade de contratação via Ogmo, dentro de concessões mútuas entre sindicato e empresa. O sindicato representa cerca de 400 trabalhadores.

“Pacifica uma relação que vinha sendo muito conflituosa. A partir de concessões de ambas as partes se chegou a um equilíbrio”, afirma. Ele destaca, contudo, que o conflito está sendo resolvido apenas em relação à Brasil Terminal Portuário.

Pelo acordado, que será submetido à homologação do Judiciário, o processo seletivo de operadores será dividido em três fases. Cada uma das etapas deverá ser transparente e comunicada ao sindicato.

Na primeira fase, concorrerão às vagas apenas trabalhadores cadastrados no Ogmo de Santos que pertençam à categoria de operadores de equipamentos. Se restarem postos em aberto, estes serão disputados por trabalhadores portuários ligados a outras atividades - como de estiva, capatazia, conferência, vigia ou bloco.

Por fim, na terceira fase, poderão ser recrutados empregados no mercado de trabalho comum, além de empregados do terminal - caso ainda existam vagas.

Presidente do Sindogeesp, Guilherme do Amaral Távora, ressalta a importância do acordo para a solução de vários conflitos trabalhistas. “E deixa transparente o processo que, agora, pode ser acompanhado pelo sindicato”, afirma.

A BTP, em nota enviada ao Valor, informa que a contratação de profissionais registrados e cadastrados pelo Órgão Gestor de Mão de Obra continuará sendo a primeira opção do terminal para o preenchimento de vagas com vínculo empregatício (CLT).

A empresa possui 1,2 mil trabalhadores diretos e tem capacidade de movimentação de cerca de 1,5 milhão de contêineres de 20 pés por ano - conhecidos pela sigla TEU ou Twenty-foot Equivalent Unit.

Para o diretor de Assuntos Corporativos da BTP, Joel Contente, o acordo firmado com o sindicato possibilita maior eficiência no sistema de contratação de mão de obra.

“Para os profissionais, flexibiliza o sistema de contratação e abre oportunidade a todos os portuários, sem perder a exclusividade aos inscritos no Ogmo. Para as empresas, traz celeridade na contratação de profissionais qualificados, contribuindo com o ambiente de segurança jurídica necessário para continuidade das operações e novos investimentos”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/05/2023

BRASIL PRECISA INVESTIR R\$ 295 BILHÕES EM MOBILIDADE URBANA ATÉ 2042

Do total, R\$ 271 bilhões teriam como destino a expansão de linhas de metrô, o que possibilitaria “mais que dobrar” a extensão da malha atual

Por Pedro Peduzzi, Agência Brasil — Brasília



Transporte público em Águas Claras, no DF — Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Estudo encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sugere serem necessários R\$ 295 bilhões em investimentos, até 2042, na infraestrutura de mobilidade urbana das 15 principais regiões metropolitanas do país.

Intitulado Mobilidade Urbana no Brasil: Marco Institucional e Propostas de Modernização, o estudo lista também uma série de recomendações visando a ampliação e a modernização dos atuais sistemas de mobilidade urbana.

Dos R\$ 295 bilhões calculados pelo levantamento, R\$ 271 bilhões teriam como destino a expansão de linhas de metrô, o que possibilitaria “mais que dobrar” a extensão da malha atual. A ampliação das estruturas de rede de trens seria destino de R\$ 15 bilhões, e outros R\$ 9 bilhões seriam investidos em sistema de transporte rápido por ônibus (BRT).

Segundo o gerente-executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, o país “subinveste e subfinancia o transporte coletivo”, além de privilegiar e subsidiar o transporte individual motorizado, “inclusive na precificação dos combustíveis fósseis utilizados por automóveis e veículos individuais”.

Para chegarem em “um nível de excelência”, as regiões metropolitanas brasileiras precisam superar a falta de financiamento – fator apontado como “o maior gargalo para a expansão dos transportes urbanos no Brasil”.

Na avaliação da CNI, é preciso viabilizar fontes de investimentos, “com recursos nacionais e estrangeiros, além de participação pública e privada”.

“É importante ampliar o número de Parcerias Público-Privadas em um modelo de PPP que agrupe a construção do sistema, da operação e da manutenção, em contratos de concessão de duração relativamente longas, em torno de 30 anos”, explicou Cardoso.

As 15 regiões metropolitanas avaliadas são Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia, Belém, Fortaleza, Natal, Salvador, João Pessoa, Maceió, Porto Alegre, Recife e Teresina.

Lei de Mobilidade



O estudo da CNI aponta que 74% dos 116 municípios com mais 250 mil habitantes cumpriram os prazos estipulados pela Lei de Mobilidade Urbana, que estabeleceu a essas cidades que elaborassem e aprovassem um Plano de Mobilidade Urbana (PMU) até abril do ano passado.

No caso dos municípios com população entre 20 mil e 250 mil, o prazo dado foi até 12 de abril deste ano. Segundo a CNI, dos 1.908 municípios que se enquadram nesse perfil, apenas 13% atestaram, até setembro do ano passado, ter um plano de mobilidade.

Assim sendo, acrescentou a entidade, “cerca de 87% desses municípios teriam um horizonte pequeno (até abril deste ano) para elaborar e aprovar um plano municipal e, portanto, garantir o financiamento de projetos do setor”.

“É importante assegurar que municípios sem plano não recebam financiamento federal per capita superior a cidades com planejamento aprovado”, alerta Wagner Cardoso.

Diagnóstico

“Chama a atenção o subaproveitamento nas nossas metrópoles da bicicleta como um modal de transportes. De fato, em todas as RMs brasileiras, a participação da bicicleta oscilava entre 0,8% e 2,4%, em contraposição a cerca de 4% em Santiago, 7% em Bogotá e 13% na capital da Alemanha”, destaca a CNI.

O levantamento apresenta um diagnóstico indicando que “as cidades cresceram, foram amplamente urbanizadas, mas os transportes não acompanharam o ritmo de crescimento”. Na sequência, recomenda investimentos em transporte coletivo e transporte individual não motorizado.

“A urbanização não foi acompanhada por um planejamento voltado à redução das distâncias percorridas pelos cidadãos, para a qual o adensamento das cidades e a melhor distribuição de suas principais funções – moradia, trabalho, serviços e lazer – constituiriam seu alicerce”, diz um trecho da pesquisa.

O estudo acrescenta que, de uma forma geral, as cidades com maiores níveis de renda têm maior demanda por transporte individual. “Isso pode explicar porque em Curitiba 49% das viagens são feitas de carro ou moto, apesar do reconhecido sistema de BRT [Bus Rapid Transit] e de a cidade apresentar uma boa infraestrutura de transportes para os padrões brasileiros”.

Já em Salvador e Recife – cidades com rede de transporte público menos estruturada –, esse modal representa somente 22,1% e 16,7%, respectivamente.

No Rio de Janeiro, “a baixa participação dos transportes individuais (19,5%) pode estar associada a uma confluência de fatores ligados tanto a um menor nível de renda de amplos setores da população metropolitana, quanto à existência de uma extensa – ainda que precária – rede de transportes na metrópole”, aponta a CNI.

Impactos

O deslocamento do trabalhador, de sua casa até o trabalho – e do trabalho até sua casa – “afeta diretamente” a produtividade e os gastos associados ao transporte, diz a CNI.

Segundo o estudo, “esse desgaste diário afeta não apenas a concentração e a capacidade do funcionário, mas sua assiduidade e probabilidade de afastamento por doenças”.

“Nesse sentido, a modernização do sistema seria essencial para melhorar a competitividade da indústria, além de estimular a cadeia produtiva voltada ao transporte público de média e alta capacidade”, acrescentou.

A CNI avalia que o Brasil dispõe de um “moderno ordenamento jurídico que disciplina não apenas o planejamento, mas também a execução de políticas no setor”.

No entanto, acrescenta ser necessário que mudanças em estruturas e na organização das cidades venham acompanhadas do desenvolvimento de um sistema de transportes capaz de encurtar o tempo de deslocamento; e que proporcione “maior conforto aos usuários e integrar os diversos modais de forma a não penalizar aqueles que, por falta de alternativas, vieram forçados a residir distantes dos centros de serviços e empregos”.

Recomendações

Entre as recomendações apresentadas pela entidade está a de assegurar instrumentos mais efetivos para a modernização dos sistemas de mobilidade, com o aperfeiçoamento institucional e de governança no âmbito dos municípios, e uma lei municipal como ferramenta de efetivação dos planos de mobilidade.

A CNI sugere também dotar as regiões metropolitanas de “estruturas de governança mais efetivas, transferindo as atribuições da gestão da mobilidade urbana para uma instituição de natureza metropolitana voltada exclusivamente à mobilidade”.

A entidade defende a viabilização de fontes para o financiamento dos R\$ 295 bilhões em investimentos para as 15 regiões metropolitanas até 2042. Nesse sentido, “é importante ampliar o número de Parcerias Público-Privadas em um modelo de PPP que agrupe a construção do sistema, operação e manutenção, em contratos de concessão de duração relativamente longas (em torno de 30 anos)”.

Por fim, a CNI sugere a ampliação das fontes de financiamento para investimentos em mobilidade, “inclusive pela criação de fundos de equilíbrio econômico-financeiro das operadoras de transporte coletivo, administrados em âmbito das regiões metropolitanas e alimentando com recursos arrecadados de receitas não tarifárias diversas”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/05/2023

VENCEDORA DE PPP DO RODOANEL NORTE, STARBOARD É QUESTIONADA

Via Appia, da Starboard, é alvo de recurso por seu atestado técnico para operar Rodoanel Norte de São Paulo; grupo e governo refutam críticas

Por Taís Hirata — São Paulo

Erramos: A Via Appia ofereceu, no leilão do Rodoanel, um desconto de 100% sobre as contraprestações anuais e um deságio de 23% sobre o aporte público pago pelo Estado, e não o inverso, como havia sido informado na versão anterior do texto.

A Via Appia, fundo da Starboard que venceu o leilão do Rodoanel Norte em São Paulo, tem sido alvo de ceticismo e questionamentos. A principal crítica parte do consórcio Infraestrutura SP (liderado pela Equipav), que ficou em segundo lugar no leilão realizado em março deste ano.

Em abril, o grupo já havia protocolado um primeiro recurso pedindo a inabilitação do fundo vencedor, alegando problemas na garantia bancária apresentada. O pleito foi negado. Agora, o consórcio apresentou uma nova contestação, na qual questiona a regularidade do fundo de investimento e coloca em xeque sua comprovação técnica.

A principal crítica é que a Via Appia usou, como forma de atestar sua capacidade de operação do contrato, a comprovação técnica de um diretor da SPMar - concessionária do grupo Bertin responsável pelos trechos Sul e Leste do Rodoanel, que está em recuperação judicial. O argumento é que não faz sentido usar como referência de experiência técnica uma concessão que está em dificuldades e com descumprimentos contratuais.



Rodoanel Norte, no Estado de São Paulo — Foto: Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

Tanto o governo paulista quanto a Via Appia consideram as alegações inválidas. Uma fonte próxima ao grupo afirma que o diretor da SPMar é um engenheiro qualificado, que foi escolhido justamente por sua experiência em outros lotes do Rodoanel - que trazem semelhanças com o trecho Norte. Além disso, diz que a recuperação judicial da SPMar nada tem a ver com problemas operacionais, mas sim financeiros, e que os

descumprimentos contratuais estão ligados ao seguro da concessionária, e não a falhas na gestão da rodovia.

Já em relação aos questionamentos referentes à composição da Via Appia - que tem como cotista um único fundo de investimentos, também da Starboard -, uma fonte próxima ao governo aponta que não caberia ao Estado questionar a regularidade do fundo, atestada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O grupo Starboard, especialista na reestruturação de ativos em dificuldades, tem experiência com projetos de rodovias, mas esta é a primeira concessão na qual a companhia assume a posição de operadora direta.

Para executar a obra, a empresa firmou um contrato com a joint venture formada pela OEC (Odebrecht Engenharia e Construção) e pela Power China, que será a empreiteira responsável por concluir o trecho rodoviário.

A Via Appia venceu o leilão da PPP do Rodoanel Norte em março deste ano, em uma disputa acirrada. Participaram da licitação outros três grupos: além do consórcio da Equipav, que ficou em segundo lugar, concorreram um consórcio da XP e a Acciona.

Para levar o ativo, a Via Appia ofereceu desconto de 100% sobre as contraprestações anuais que seriam pagas pelo governo paulista ao grupo e, adicionalmente, corte de 23% sobre o aporte público oferecido no edital (de R\$ 1,43 bilhão). Com isso, o desembolso total do Estado na PPP deverá ser de R\$ 1,1 bilhão.

O lance surpreendeu o mercado e foi considerado ousado, segundo atores do setor ouvidos pela reportagem. Um deles, de um grupo que estudou a fundo o projeto, diz que não entende como haverá retorno financeiro, e que a explicação da proposta deve estar ligada a outros planos da Starboard no mercado de rodovias.

No dia do leilão, representantes do grupo afirmaram que há intenção de adquirir a SPMar. Além disso, há rumores de mercado de que a empresa está negociando a compra da participação da Atlantia na AB Concessões, para se tornar sócia do grupo Bertin na holding de concessões rodoviárias, que opera quatro ativos.

Outra fonte do setor aponta um fator adicional que pode explicar a oferta. Para ele, as garantias inseridas no edital para atrair parceiros privados deram conforto para um lance mais ousado.

A concessão permite que o operador elabore um novo projeto executivo para as obras, com a possibilidade de um aumento no valor do aporte público destinado à construção - pelo contrato, o Estado é obrigado a aceitar uma alta de até R\$ 840 milhões, mas caso ultrapasse este montante, pode recusar. Neste caso, há uma previsão de extinção antecipada do contrato, ou seja, uma “porta de saída” para o parceiro privado. Uma fonte do governo, porém, observa que essa rescisão não é tão simples e pode trazer consequências ao grupo.

Procurados, Equipav, Starboard e o governo estadual não quiseram comentar.



Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 12/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ANTAQ AUTORIZA DESINCORPORAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO EM ARATU E ITAGUAÍ

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 11/05/2023 - 23:58



Arquivo/Divulgação

Processos solicitados pela Codeba e pela PortosRio foram julgados na última reunião virtual da diretoria colegiada e compreendem um conjunto de correias transportadoras e um descarregador de navios

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou, no prazo máximo de seis meses, a desincorporação, baixa e posterior inutilização dos bens pertencentes à União, localizados no Porto de Aratu (BA), sob guarda e responsabilidade da arrendatária 'ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A.'. De acordo com o acórdão, os equipamentos consistem em um sistema composto por três correias transportadoras e duas casas de transferências que promovem a ligação entre os trechos das correias.

O pedido foi formulado pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, determinou que a autoridade portuária envie o termo de inutilização dos bens à unidade regional no prazo de 30 dias após a conclusão da operação, conforme o modelo estabelecido pela agência. Nery também determinou à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) que realize o acompanhamento dos desdobramentos da decisão.

Em outro processo, a Antaq concedeu prazo de dois anos para que a Portos Rio realize a desincorporação física, baixa e alienação do descarregador de navios (DN4), pertencente à União, que está localizado no Porto de Itaguaí. A autoridade portuária também terá um mês para comprovar a conclusão da desmobilização do equipamento junto à unidade local.

Os acórdãos foram firmados durante a última reunião virtual da diretoria colegiada, realizada entre os dias 2 e 4 de maio e publicados nesta quinta-feira (10), no Diário Oficial da União.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 12/05/2023



MERCOSHIPPIING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 12/05/2023